

C E E J A



MUNDO DO  
TRABALHO

# HISTÓRIA

CADERNO DO ESTUDANTE

ENSINO MÉDIO  
**VOLUME 3**

Nos Cadernos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho/CEEJA são indicados sites para o aprofundamento de conhecimentos, como fonte de consulta dos conteúdos apresentados e como referências bibliográficas. Todos esses endereços eletrônicos foram verificados. No entanto, como a internet é um meio dinâmico e sujeito a mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação não garante que os sites indicados permaneçam acessíveis ou inalterados após a data de consulta impressa neste material.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias do País, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos\* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

\* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas neste material que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

História : caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2015.  
il. - - (Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 3)

Conteúdo: v. 3. 3ª série do Ensino Médio.

ISBN: 978-85-8312-149-7 (Impresso)

978-85-8312-137-4 (Digital)

1. História – Estudo e ensino. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio. 3. Modalidade Semipresencial. I. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Secretaria da Educação. III. Título.

CDD: 372.5

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8 / 7262



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Geraldo Alckmin

*Governador*

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico,  
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Márcio Luiz França Gomes

*Secretário*

Cláudio Valverde

*Secretário-Adjunto*

Maurício Juvenal

*Chefe de Gabinete*

Marco Antonio da Silva

*Coordenador de Ensino Técnico,  
Tecnológico e Profissionalizante*

**Secretaria da Educação**

Herman Voorwald

*Secretário*

Cleide Bauab Eid Bochi

*Secretária-Adjunta*

Fernando Padula Novaes

*Chefe de Gabinete*

Ghisleine Trigo Silveira

*Coordenadora de Gestão da Educação Básica*

Mertila Larcher de Moraes

*Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos*

Adriana Aparecida de Oliveira, Adriana dos Santos  
Cunha, Durcilene Maria de Araujo Rodrigues,  
Gisele Fernandes Silveira Farisco, Luiz Carlos Tozetto,  
Raul Ravanelli Neto, Sabrina Moreira Rocha,  
Virginia Nunes de Oliveira Mendes  
*Técnicos do Centro de Educação de Jovens e Adultos*

## Concepção do Programa e elaboração de conteúdos

---

### Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenação Geral do Projeto  
Ernesto Mascellani Neto

Equipe Técnica  
Cibele Rodrigues Silva, João Mota Jr. e Raphael Lebsa do Prado

### Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap

Wanderley Messias da Costa  
Diretor Executivo

Márgara Raquel Cunha  
Diretora Técnica de Formação Profissional

Coordenação Executiva do Projeto  
José Lucas Cordeiro

Coordenação Técnica  
Impressos: Dilma Fabri Marão Pichoneri  
Vídeos: Cristiane Ballerini

Equipe Técnica e Pedagógica  
Ana Paula Alves de Lavos, Carlos Ricardo Bifi, Elen Cristina  
S. K. Vaz Döppenschmitt, Emily Hozokawa Dias, Fabiana  
de Cássia Rodrigues, Fernando Manzieri Heder, Herbert

Rodrigues, Jonathan Nascimento, Laís Schalch, Liliane  
Bordignon de Souza, Maria Helena de Castro Lima, Paula  
Marcia Ciacco da Silva Dias, Rodnei Pereira, Selma Borghi  
Venco e Walkiria Rigolon

Autores  
Arte: Roseli Ventrella e Terezinha Guerra; *Biologia*: José Manoel  
Martins, Marcos Egelstein, Maria Graciete Carramate Lopes  
e Vinicius Signorelli; *Filosofia*: Juliana Litvin de Almeida e  
Tiago Abreu Nogueira; *Física*: Gustavo Isaac Killner; *Geografia*:  
Roberto Giansanti e Silas Martins Junqueira; *História*: Denise  
Mendes e Márcia Juliana Santos; *Inglês*: Eduardo Portela;  
*Língua Portuguesa*: Kátia Lomba Brakling; *Matemática*: Antonio  
José Lopes; *Química*: Olímpio Salgado; *Sociologia*: Dilma Fabri  
Marão Pichoneri e Selma Borghi Venco

## Gestão do processo de produção editorial

---

### Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Mauro de Mesquita Spínola  
Presidente da Diretoria Executiva

José Joaquim do Amaral Ferreira  
Vice-Presidente da Diretoria Executiva

#### Gestão de Tecnologias em Educação

Direção da Área  
Guilherme Ary Plonski

Coordenação Executiva do Projeto  
Angela Sprenger e Beatriz Scavazza

Gestão do Portal  
Luis Marcio Barbosa, Luiz Carlos Gonçalves, Sonia Akimoto e  
Wilder Rogério de Oliveira

Gestão de Comunicação  
Ane do Valle

Gestão Editorial  
Denise Blanes

Equipe de Produção  
Editorial: Carolina Grego Donadio e Paulo Mendes  
Equipe Editorial: Adriana Ayami Takimoto, Airton Dantas  
de Araújo, Alícia Toffani, Amarilis L. Maciel, Ana Paula S.  
Bezerra, Andressa Serena de Oliveira, Bárbara Odria Vieira,  
Carolina H. Mestriner, Caroline Domingos de Souza, Cíntia

Leitão, Cláudia Letícia Vendrame Santos, David dos Santos  
Silva, Eloiza Mendes Lopes, Érika Domingues do Nascimento,  
Fernanda Brito Bincoletto, Flávia Beraldo Ferrare, Jean Kleber  
Silva, Leonardo Gonçalves, Lorena Vita Ferreira, Lucas Puntel  
Carrasco, Luiza Thebas, Mainã Greeb Vicente, Marcus Ecclissi,  
Maria Inez de Souza, Mariana Padoan, Natália Kessuani Bego  
Maurício, Olivia Frade Zambone, Paula Felix Palma, Pedro  
Carvalho, Polyanna Costa, Priscila Risso, Raquel Benchimol  
Rosenthal, Tatiana F. Souza, Tatiana Pavanelli Valsi, Thaís Nori  
Cornetta, Thamires Carolline Balog de Mattos e Vanessa Bianco  
Felix de Oliveira

Direitos autorais e iconografia: Ana Beatriz Freire, Aparecido  
Francisco, Fernanda Catalão, José Carlos Augusto, Larissa Polix  
Barbosa, Maria Magalhães de Alencastro, Mayara Ribeiro de  
Souza, Priscila Garofalo, Rita De Luca, Roberto Polacov, Sandro  
Carrasco e Stella Mesquita

Apoio à produção: Aparecida Ferraz da Silva, Fernanda Queiroz,  
Luiz Roberto Vital Pinto, Maria Regina Xavier de Brito, Natália  
S. Moreira e Valéria Aranha

Projeto gráfico-editorial e diagramação: R2 Editorial, Michelangelo  
Russo e Casa de Ideias

CTP, Impressão e Acabamento  
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

## Caro(a) estudante

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta os Cadernos do Estudante do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs). A proposta é oferecer um material pedagógico de fácil compreensão, que favoreça seu retorno aos estudos.

Sabemos quanto é difícil para quem trabalha ou procura um emprego se dedicar aos estudos, principalmente quando se parou de estudar há algum tempo.

O Programa nasceu da constatação de que os estudantes jovens e adultos têm experiências pessoais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de experiências, conhecimentos e convicções que se formou ao longo da vida. Dessa forma, procuramos respeitar a trajetória daqueles que apostaram na educação como o caminho para a conquista de um futuro melhor.

Nos Cadernos e vídeos que fazem parte do seu material de estudo, você perceberá a nossa preocupação em estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho e respeitar as especificidades da modalidade de ensino semipresencial praticada nos CEEJAs.

Esperamos que você conclua o Ensino Médio e, posteriormente, continue estudando e buscando conhecimentos importantes para seu desenvolvimento e sua participação na sociedade. Afinal, o conhecimento é o bem mais valioso que adquirimos na vida e o único que se acumula por toda a nossa existência.

Bons estudos!

Secretaria da Educação

Secretaria de Desenvolvimento  
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Estudar na idade adulta sempre demanda maior esforço, dado o acúmulo de responsabilidades (trabalho, família, atividades domésticas etc.), e a necessidade de estar diariamente em uma escola é, muitas vezes, um obstáculo para a retomada dos estudos, sobretudo devido à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Nesse contexto, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) têm se constituído em uma alternativa para garantir o direito à educação aos que não conseguem frequentar regularmente a escola, tendo, assim, a opção de realizar um curso com presença flexível.

Para apoiar estudantes como você ao longo de seu percurso escolar, o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho produziu materiais especificamente para os CEEJAs. Eles foram elaborados para atender a uma justa e antiga reivindicação de estudantes, professores e sociedade em geral: poder contar com materiais de apoio específicos para os estudos desse segmento.

Esses materiais são seus e, assim, você poderá estudar nos momentos mais adequados – conforme os horários que dispõe –, compartilhá-los com sua família, amigos etc. e guardá-los, para sempre estarem à mão no caso de futuras consultas.

Os Cadernos do Estudante apresentam textos que abordam e discutem os conteúdos propostos para cada disciplina e também atividades cujas respostas você poderá registrar no próprio material. Nesses Cadernos, você ainda terá espaço para registrar suas dúvidas, para que possa discuti-las com o professor sempre que for ao CEEJA.

Os vídeos que acompanham os Cadernos do Estudante, por sua vez, explicam, exemplificam e ampliam alguns dos assuntos tratados nos Cadernos, oferecendo informações que vão ajudá-lo a compreender melhor os conteúdos. São, portanto, um importante recurso com o qual você poderá contar em seus estudos.

Além desses materiais, o Programa EJA – Mundo do Trabalho tem um site exclusivo, que você poderá visitar sempre que desejar: <<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br>>. Nele, além de informações sobre o Programa, você acessa os Cadernos do Estudante e os vídeos de todas as disciplinas, ao clicar na aba **Conteúdo CEEJA**. Já na aba **Conteúdo EJA**, poderá acessar os Cadernos e vídeos de Trabalho, que abordam temas bastante significativos para jovens e adultos como você.

Os materiais foram produzidos com a intenção de estabelecer um diálogo com você, visando facilitar seus momentos de estudo e de aprendizagem. Espera-se que, com esse estudo, você esteja pronto para realizar as provas no CEEJA e se sinta cada vez mais motivado a prosseguir sua trajetória escolar.

TENHO DÚVIDAS JÁ ESTUDEI **Unidade 1 – Conflitos no mundo capitalista: revoluções e guerras..... 9**Tema 1 – Imperialismo e a 1ª Guerra Mundial .....10  Tema 2 – Governo em nome dos trabalhadores .....19  Tema 3 – A crise do capitalismo no período do entreguerras.....27  **Unidade 2 – Os caminhos e descaminhos do Império e da República Velha no Brasil ..... 33**Tema 1 – O 2º Reinado e o fim do Império brasileiro.....34  Tema 2 – O Brasil republicano: a chamada República Velha..... 49  **Unidade 3 – O mundo dividido e a Era Vargas..... 59**Tema 1 – O mundo em guerra novamente.....59  Tema 2 – A Era Vargas.....69  Tema 3 – A Guerra Fria.....76  **Unidade 4 – Ditadura e democracia: os desafios para um Brasil mais justo..... 87**Tema 1 – Desenvolvimentismo no Brasil .....88  Tema 2 – A ditadura no Brasil a partir de 1964.....102  Tema 3 – A retomada da democracia no Brasil ..... 109

Caro(a) estudante,

O Volume 3 é o último da coleção didática voltada ao ensino de História para estudantes de Ensino Médio dos CEEJAs. Com ele, você verá assuntos fundamentais para a compreensão das transformações pelas quais o mundo do trabalho passou, em decorrência da ascensão do capitalismo financeiro, entre o final do século XIX e o início do século XXI.

Este Volume está organizado em quatro Unidades, divididas internamente em temas que abrangem processos históricos que modificaram a vida da maioria dos povos do mundo – inclusive a sua – e envolveram guerras e conquistas. Além disso, ele apresentará o desenvolvimento histórico do Brasil em termos sociais, econômicos, políticos e culturais até as primeiras décadas do século XXI.

Na Unidade 1 – Conflitos no mundo capitalista: revoluções e guerras, você estudará as disputas entre as potências industriais que levaram ao primeiro conflito armado do século XX que envolveu países de todo o mundo. Você verá também de que modo os trabalhadores russos realizaram uma revolução socialista, em 1917, que influenciaria toda a história política e econômica do mundo ao longo do século XX. Por fim, você estudará o período do entreguerras e a grande crise do capitalismo mundial.

Na Unidade 2 – Os caminhos e descaminhos do Império e da República Velha no Brasil, você analisará a história da monarquia brasileira, vigente entre 1822 e 1889, ano em que foi proclamada a República. Nas primeiras décadas da chamada República Velha, permaneceram algumas características do Império, a exemplo das relações de compadrio e o choque de conflitos entre um Brasil rural e uma burguesia industrial nascente.

A Unidade 3 – O mundo dividido e a Era Vargas apresentará as circunstâncias sociais, econômicas e políticas que fizeram com que a Europa entrasse novamente em um conflito de grandes proporções, a 2ª Guerra Mundial, e, após o fim da guerra, a disputa e a divisão do mundo entre duas superpotências: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Você verá também a Era Vargas no Brasil, período em que a legislação trabalhista válida até hoje foi aprovada, e estudará em que medida essas leis afetaram os trabalhadores brasileiros.

Na Unidade 4 – Ditadura e democracia: os desafios para um Brasil mais justo, você aprenderá os aspectos políticos, sociais e econômicos que embasaram o modelo desenvolvimentista no Brasil, adotado pelos presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, entre 1956 e 1964. Esse período, de frágil democracia representativa, terminou com o golpe civil-militar de 1964, que deu origem a uma ditadura que duraria 21 anos. Você estudará, ainda, os fatos que marcaram a redemocratização no Brasil e as novas transformações advindas com a queda do socialismo e a expansão do capitalismo global.

As Unidades contam com textos didáticos acompanhados por textos acadêmicos e jornalísticos, imagens variadas, documentos de época, mapas e tabelas que buscam ilustrar os acontecimentos abordados, de modo que possam ser melhor compreendidos, e apresentar diferentes pontos de vista sobre o passado, visando despertar em você o senso crítico e o desejo de saber mais.

Com o Volume 3, você encontra dois vídeos que o ajudarão a compreender os assuntos tratados e a ampliar seus conhecimentos sobre os períodos históricos estudados.

Bons estudos!



## TEMAS

1. Imperialismo e a 1ª Guerra Mundial
2. Governo em nome dos trabalhadores
3. A crise do capitalismo no período do entreguerras

## Introdução

Na Unidade 1, você estudará o contexto mundial do final do século XIX, momento de fortalecimento do capitalismo e redefinição das relações entre as potências capitalistas, e percorrerá a história da Europa a partir dos principais conflitos travados no continente, mas que envolveram muitos outros países, especialmente nas primeiras décadas do século XX.

O século XIX foi marcado por transformações na ordem econômica mundial, em função da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo. Nesse contexto, o socialismo serviu de apoio ideológico para as lutas operárias que reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida. Esse pensamento influenciou a Revolução Russa, que a partir de 1917 pôs fim ao governo dos czares (soberanos) russos e deu origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Pela primeira vez na história, os trabalhadores assumiam o poder político de um Estado.

Internamente, os países industrializados europeus tinham de conviver com conflitos cotidianos vivenciados nas fábricas e nas ruas. Externamente, esses países adotaram uma política econômica que incentivava a disputa entre eles por regiões fornecedoras de matérias-primas e consumidoras de produtos industrializados. Essa disputa, conhecida como imperialismo, acabou gerando as tensões que levaram à 1ª Guerra Mundial, em 1914.

O período do entreguerras, ou seja, entre o final da 1ª Guerra, em 1918, e o início da 2ª Guerra Mundial, em 1939, foi marcado por uma profunda crise do sistema capitalista, que afetou a vida de milhões de trabalhadores de grande parte do mundo. A crise do modelo de produção capitalista redefiniu o papel do Estado na economia, buscando fortalecer o desenvolvimento econômico e combater a expansão do modelo socialista.

Ainda no entreguerras, surgiram governos nacionalistas autoritários, como o fascismo e o nazismo. Esses movimentos reacenderam as tensões no continente europeu e envolveram militarmente, em escala mundial, as nações que disputavam o poder no mundo capitalista. O final da 2ª Guerra Mundial trouxe

uma nova ordem mundial: a divisão entre os blocos capitalista e socialista, que disputaram a chamada Guerra Fria. Essa divisão do mundo interferiu nas relações entre os países durante décadas e gerou muitos conflitos no decorrer do século XX.

## TEMA 1 Imperialismo e a 1ª Guerra Mundial

Ao longo do século XIX e início do século XX, houve a expansão do capitalismo industrial e a ocorrência de grandes guerras. Após esses conflitos catastróficos, o mundo não foi mais o mesmo. Mas o que mudou? Como as sociedades daquela época foram afetadas? Quais foram as consequências desses eventos para o mundo moderno? São essas questões que você estudará neste tema.

### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já reparou que a maioria dos países da África e boa parte das nações da Ásia falam línguas europeias, como o inglês, o francês e o português? E você já parou para pensar por quê? Você já ouviu falar de imperialismo e neocolonialismo?

E sobre a 1ª Guerra Mundial, você já ouviu falar? Sabe quais nações participaram dessa guerra e de que lado ficaram? E por que elas se enfrentaram?

Tente se lembrar dos países que colonizaram a África e a Ásia e pense nos que se envolveram na 1ª Guerra Mundial. Depois, escreva nas linhas a seguir o que você sabe sobre esses assuntos e procure estabelecer uma relação entre eles.

---

---

---

---

---

### A conquista de novos mercados

No final do século XIX, além da Inglaterra, outros países da Europa haviam se industrializado – como a Itália, a Bélgica, a França e a Alemanha –, assim como os Estados Unidos da América (EUA), na América, e o Japão, na Ásia. Esse período, conhecido como 2ª Revolução Industrial, foi marcado pela escala mundial da industrialização e pelas inovações tecnológicas.

O desenvolvimento do motor a combustão, da siderurgia do aço, da indústria química e da eletricidade não somente possibilitou o aperfeiçoamento tecnológico da produção industrial, como também exigiu investimentos maiores nas indústrias. Bancos e instituições financeiras começaram, então, a investir no setor e a participar dos negócios como acionistas. Essa fase em que o capital de grandes bancos e de outras instituições financeiras se une àquele gerado por outros setores da economia é chamada de capitalismo financeiro. Nessa nova etapa do capitalismo, grandes empresas começaram a se associar formando oligopólios (grupos de empresas que controlavam determinado ramo da produção, como o automobilístico, o ferroviário e o de mineração).

O aumento da capacidade produtiva dos países industrializados demandou a ampliação, em grande escala, de novos mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados, em que houvesse necessidade de consumo e carência de produção. As potências capitalistas disputaram esses mercados e, para isso, expandiram-se por vários continentes – África, Ásia e América –, com o objetivo de controlar territórios segundo seus interesses comerciais.

Assim, a expansão industrial foi acompanhada pela formação de novos impérios, ou seja, nações europeias começaram a exercer influência política e cultural sobre outros povos e a dominar econômica e militarmente regiões de outros continentes. Esse movimento foi consequência da busca por novos mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.

Se por um lado a economia crescia e se expandia, por outro uma crise social ocorria na Europa. Nos campos, a introdução de máquinas havia tirado o trabalho de muitos camponeses. Nas cidades, havia um número cada vez maior de operários que se organizavam em sindicatos ou partidos para defender seus interesses. Esses trabalhadores continuavam a buscar a ampliação de direitos e melhores condições de vida e de trabalho, negados a eles desde o início de sua luta no século XIX. Essas tensões sociais amedrontavam os industriais e os governos das potências capitalistas, que temiam a possibilidade de novas revoltas socialistas.

Procurando justificar as conquistas territoriais ocorridas entre 1875 e 1914, as potências industriais, como Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, adotaram um discurso que defendia a emigração para os novos territórios coloniais como uma forma de resolver os problemas sociais da Europa. Alguns pesquisadores

chamam essa nova corrida colonial empreendida nesse período de “neocolonialismo”. Outros estudiosos preferem usar o termo “imperialismo”, uma vez que ele ajuda a entender a extensão de impérios no espaço e no tempo, como o império britânico, que manteve colônias até meados do século XX.

Nesse sentido, os principais alvos dessa nova corrida colonial eram a Ásia (especialmente Índia e China) e a África. Os britânicos, por exemplo, tinham relações comerciais com a China desde o século XVIII. Mas foi somente no século XIX, após vencer uma guerra, que a Grã-Bretanha conseguiu dominar o mercado chinês. Como resultado da derrota, os chineses assinaram o Tratado de Nanquim, que abriu seus portos para os produtos ingleses.

A Índia, por sua vez, estava sob domínio britânico desde o século XVIII. Os britânicos exploravam principalmente o comércio do ópio e do chá e abasteciam sua indústria têxtil com o algodão indiano. Durante o século XIX, promoveram uma modernização da Índia nos moldes capitalistas, com a construção de ferrovias e a implantação de novos padrões de consumo e hábitos culturais. No entanto, a população indiana pagava pesados tributos e vivia em condições miseráveis.

Nesse contexto imperialista, as potências capitalistas promoveram a superexploração da força de trabalho local das áreas conquistadas e a um custo menor, se comparado ao dos trabalhadores europeus. Houve também guerras e massacres empreendidos pelas forças imperialistas contra manifestações nacionalistas, como a Revolta dos Cipayos (1857-1858), na Índia, e a Revolta dos Boxers (1899-1900), na China. Os países imperialistas impuseram um estilo de vida e de consumo que, em grande parte, destruiu o modo de vida e de subsistência tradicional de muitas populações. Essas ações de domínio cultural e econômico foram justificadas pelos europeus com teorias de superioridade racial, bastante comuns no século XIX. Os europeus consideravam que outros povos eram menos evoluídos e deveriam ser “civilizados”. É importante mencionar que todas essas práticas deixaram sequelas até hoje nos países colonizados.

Assim, a consolidação do capitalismo se deu na fase de industrialização, momento em que o capital passou a dominar a produção, e a força de trabalho virou mercadoria. Isso significa que o capital deixou de servir apenas para comprar e vender produtos e começou a também comprar força de trabalho, conforme estudado no Volume 2 do Ensino Médio. Portanto, nas áreas em que estabeleceram seu domínio colonial, as potências imperialistas compravam não apenas matérias-primas, mas também o trabalho dos povos dominados.



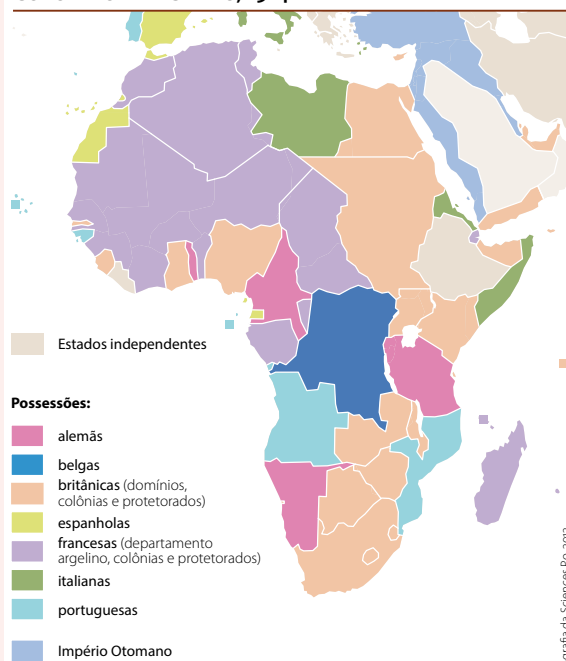
## VOCÊ SABIA?

Os territórios africanos, por serem ricos em recursos naturais, como ferro, petróleo e carvão, tornaram-se alvo de extremo interesse dos países europeus, necessitados de matérias-primas para suas indústrias, bem como de novos mercados consumidores. Por isso, eles passaram a conquistar seus territórios e a explorar suas riquezas.

A **Partilha da África** foi o marco dessa prática imperialista. Em 1885, aconteceu a Conferência de Berlim, que reuniu representantes de 15 países, entre eles: Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Itália, Portugal, Espanha e Rússia, além dos EUA. Nessa ocasião, as potências imperialistas decidiram o futuro dos africanos e, ignorando as antigas organizações territoriais, “fatiaram” a África entre eles, isto é, reorganizaram as fronteiras africanas conforme seus interesses sem consultar os povos que viviam naquele continente.

A África se transformou, dessa forma, em uma “colcha de retalhos”, com zonas de influência comandadas pelos conquistadores. Atualmente, a África possui 54 países, nos quais se fala, além das línguas de origem africana, inglês, português, alemão e francês – herança do domínio colonial.

### COLÔNIAS AFRICANAS, 1914



Fontes: F. W. Putzger, *Historischer Weltatlas*, Berlin, Cornelsen, 1995;  
J. Sellier, *Atlas des peuples d'Afrique*, Paris, La Découverte, 2011.  
Segundo *Afrique contemporaine*, 235, 2010.

Atelier de Cartographie de Sciences Po, 2012

ATELIER de Cartographie de Sciences Po. Disponível em: <<http://cartographie.sciences-po.fr/fr/colonies-et-ind-dependances-africaines>>.  
Acesso em: 5 fev. 2015. Tradução: Benjamin Potet. Mapa original.

## ATIVIDADE 1 Novos impérios

Retome o texto *A conquista de novos mercados* e, com base no que acontecia na Europa, estabeleça uma relação de causa e consequência entre a 2ª Revolução Industrial e o imperialismo.

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



## A Europa entra em guerra

O imperialismo que se estabeleceu na transição do século XIX para o XX foi uma das causas para o primeiro grande conflito mundial, que envolveu os países imperialistas europeus e suas colônias na Ásia e na África, que foram, inclusive, palcos de inúmeros conflitos. Somava-se às disputas pelos domínios coloniais o crescimento de outras potências, como a Alemanha e os EUA. Os dois países diversificaram sua indústria e desenvolveram-se em vários setores, como o bélico (produção de armamentos), o siderúrgico, o químico e, no caso estadunidense, o automobilístico. Ambos produziam mais ferro e aço que a Inglaterra. No entanto, os ingleses ainda dominavam a maior parte do mercado mundial.

A disputa por mercados e territórios entre a Alemanha e a Grã-Bretanha e o esforço das diversas nações industrializadas para ampliar seu potencial econômico conduziram as outras potências capitalistas a defender fortemente seus domínios coloniais. Para isso, elas se fortaleceram militarmente, tanto para ampliar suas defesas como para promover eventuais ataques. Essa estratégia ficou conhecida como **Paz Armada**.

Em 1871, sob a liderança de Otto von Bismarck, a Alemanha foi unificada política e territorialmente, com a criação de um Estado-nação, e iniciou seu processo de expansão colonial. Para garantir suas fronteiras e manter um equilíbrio de forças políticas, formaram-se alianças entre os países da Europa. De um lado, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália criaram a **Tríplice Aliança**. De outro, França, Rússia e Inglaterra formaram a **Tríplice Entente**.

As rivalidades alimentadas por esses dois grupos e as ameaças de ataque geravam um clima de desconfiança. Tal instabilidade política acabou colaborando para o crescimento de sentimentos **nacionalistas** que pregavam a defesa da nação acima dos interesses pessoais.



### Nacionalismo

Sentimento de identidade que foi sendo construído a partir da formação do Estado-nação. A base do nacionalismo é a identificação emocional das pessoas com a sua nação, o que permite mobilização e exploração políticas.

A situação na Europa era bastante tensa e o conflito de interesses propiciou o surgimento de um conflito militar entre os países.

Uma região especialmente tensa era a dos Bálcãs, localizada no sudeste europeu e habitada por diferentes povos com diversas identidades nacionais, étnicas e religiosas, o que criava atritos políticos e ameaças militares. Um desses povos eram os sérvios, de etnia eslava, que defendiam a unificação dos territórios eslavos, incluindo a Bósnia-Herzegovina, que estava sob domínio austríaco.

Na tentativa de acalmar os ânimos na região, o herdeiro do trono austríaco, o arquiduque Francisco Ferdinando, viajou para a capital da Bósnia, Sarajevo, para participar, entre outras coisas, de manobras militares e da inspeção dos exércitos, atividades das quais também participariam representantes austríacos, húngaros e eslavos. No entanto, por ocasião de sua visita, uma sociedade secreta nacionalista sérvia, a Mão Negra, planejou um ataque ao arquiduque, que acabou assassinado em junho de 1914. Esse episódio foi o estopim da 1ª Guerra Mundial (1914-1918).

Um mês depois, em 28 de julho de 1914, o governo austríaco declarou guerra à Sérvia. A partir dessa data, sucederam-se declarações de guerra entre os blocos rivais. Como resultado, as alianças políticas e militares foram redefinidas. A Alemanha declarou guerra à França e à Rússia, enquanto a Inglaterra se opôs à Alemanha.

Em agosto, o Japão uniu-se à Tríplice Entente, como também fizera a Itália, em 1915 – rompendo a aliança com a Alemanha e a Áustria-Hungria – e a Grécia, em 1917. Em oposição, Turquia, Bulgária e Romênia aliaram-se à Alemanha e à Áustria-Hungria, formando as **Potências Centrais**, por localizarem-se na parte central da Europa.



O nacionalismo cresceu e o sentimento de orgulho em defender a nação difundiu-se entre os envolvidos. Os exércitos eram formados por civis que se alistavam, consagrando o lema “cada homem, um soldado”. Os socialistas dividiram-se, e uma ala não apoiava a participação dos operários nos conflitos, pois eles estariam lutando contra outros integrantes da classe trabalhadora. Porém, o sentimento patriótico foi maior que a consciência de classe, e o nacionalismo falou mais alto na identidade dos cidadãos europeus.

Enquanto os alemães atacavam com submarinos, as tropas da Entente usavam tanques de guerra – novidade no armamento – e aviões bombardeiros para destruir as trincheiras inimigas. Outras novidades bélicas foram os gases tóxicos, metralhadoras e lança-chamas, que tornaram a vida nos campos de batalha ainda mais difícil.

Em 1917, ocorreram duas mudanças importantes no desenvolvimento da guerra. A Rússia retirou-se da guerra, pois o país vivia uma revolução socialista (que será detalhada no Tema 2 desta Unidade) que, entre outras coisas, pregava o fim da morte dos soldados nos campos de batalha. Por outro lado, os EUA



Soldados australianos em trincheira usando máscaras contra gás tóxico, nos arredores de Ypres, Bélgica, em 1916.



### VOCÊ SABIA?

Os soldados que se alistaram para lutar na 1ª Guerra Mundial não imaginavam que o conflito duraria quatro anos e que seria muito mais sangrento do que as lideranças de seus exércitos supunham. A estratégia das trincheiras era avançar lentamente em direção ao território inimigo por meio da construção de grandes valas. Milhares de soldados morreram nas trincheiras, muitos pelas más condições a que eram submetidos nessas valas, expostos ao frio, à chuva, à fome e a doenças causadas pelos corpos em decomposição, outros tantos feridos por balas. A guerra de movimento, com deslocamento das tropas, que havia sido substituída pela de trincheiras, voltou aos campos de batalha somente nos últimos anos do conflito.



entraram no conflito, declarando guerra contra as Potências Centrais. A participação estadunidense alterou a relação de forças entre os blocos, devido ao seu poderio bélico e econômico, e contribuiu para a vitória da Entente, alcançada em 1918.

O saldo da guerra foi catastrófico: milhões de civis e militares foram mortos ou feridos.

O presidente Woodrow Wilson, dos EUA, decretou o cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, após receber um pedido de paz enviado pelas autoridades alemãs. Na tentativa de garantir a paz, foi proposto um acordo “sem vencidos, nem vencedores”, baseado nas ideias democráticas do direito dos povos à liberdade. Porém, os acordos estabelecidos acabaram sendo utilizados como instrumento de punição e como forma de enfraquecer os países derrotados, como é o caso do **Tratado de Versalhes**, assinado em 28 de junho de 1919, na França. Além da devolução de territórios invadidos, os alemães foram obrigados a pagar indenizações aos vencedores, renunciar a suas colônias e limitar seu exército. Tais medidas, somadas aos efeitos da guerra e aos da Crise de 1929 (que será estudada no Tema 3 desta Unidade), levaram a Alemanha a uma grave crise econômica nos anos seguintes.

### FICA A DICA!

Assista ao filme *Glória feita de sangue* (direção de Stanley Kubrick, 1957). Durante a 1ª Guerra, um general francês ordena um ataque suicida contra os alemães, que resulta em tragédia.

## ATIVIDADE 2 O contexto dos conflitos

Retome o texto sobre a 1ª Guerra Mundial e complete as informações no quadro a seguir, considerando as causas que deram origem ao conflito.

1ª GUERRA MUNDIAL	
Causas do conflito	Composição das alianças







## A revolução socialista na Rússia

Os pensadores socialistas do século XIX não assistiram a uma experiência duradoura da classe trabalhadora tomando o poder. Foi apenas no início do século XX que uma revolução socialista mudou a história da Rússia e do mundo, implantando um governo revolucionário, em nome dos trabalhadores, em oposição à tradicional monarquia czarista que governava havia séculos.

A Rússia era um extenso império governado por um czar, nome que era dado ao imperador dos russos. No final do século XIX, a Rússia era o país mais populoso da Europa, e a maioria de sua população vivia e trabalhava no campo, sob o regime de servidão. O desenvolvimento industrial foi tardio, em comparação ao de outros países da Europa – como a Inglaterra, a França e a Alemanha –, tendo ocorrido somente a partir de 1860, por iniciativa do czar Alexandre II, mas ainda assim de modo simples e elementar.

Mas para modernizar a produção, eram necessários investimentos externos, feitos por países capitalistas, em especial a França, interessada em ampliar o seu mercado consumidor, por meio de acordos comerciais. Os investimentos estrangeiros fizeram com que a produção industrial não fosse controlada nacionalmente. Além disso, a industrialização ficou restrita a dois grandes polos industriais: São Petersburgo e Moscou, onde se desenvolveram, respectivamente, a indústria siderúrgica e a têxtil.

Como a industrialização da Rússia foi promovida pelo Estado, a burguesia russa permanecia subordinada a ele. Desse modo, o ideário do liberalismo, difundido na Europa capitalista, era reprimido na Rússia pelo absolutismo czarista.

Enquanto parte da economia se industrializava rapidamente, a maior parte permanecia dominada pela produção agrícola, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de grandes proprietários rurais. Com a abolição da servidão em 1861 e os incentivos à industrialização, houve um considerável aumento da população urbana em um período de dez anos. Ao longo do século XIX, o número de operários russos aumentou de 95.000 para 1.742.000 (cf. OLIVEIRA, Sérgio. *Movimentos de insurgência: história e técnicas de forças irregulares para o futuro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2013, p. 40).

As ideias socialistas de Karl Marx e Friedrich Engels chegaram à Rússia e influenciaram a organização dos movimentos operários nas grandes cidades industriais. No caso da Rússia pré-revolucionária, as condições de miséria a que

estavam submetidos os trabalhadores do campo e mesmo os operários, com longas horas de trabalho, sem direitos, nem justiça, contribuía para o questionamento da situação vigente. Associados a esses trabalhadores, os soldados russos também se sentiam injustiçados, pois eram enviados para a guerra com poucos armamentos, alimentos e vestimentas – o que ocasionou grande mortalidade –, e também porque o pagamento que recebiam era muito baixo.

Mobilizados pelas ideias socialistas e pelas condições de opressão política e miséria social, os russos criaram os **soviets**, conselhos populares compostos principalmente por operários e soldados e que passaram a representar os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade.

Em 1903, realizou-se o 2º Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, que defendia a derrubada do czar e a implantação de um governo socialista. Nesse congresso, os membros do partido se dividiram em dois grupos. De um lado, os bolcheviques, que eram a maioria e defendiam o fortalecimento dos soviets e o estabelecimento de um governo socialista. O poder seria tomado pela aliança revolucionária entre operários e camponeses com o objetivo de mudar as condições de miséria e dar fim aos privilégios do czar e da Igreja, beneficiados economicamente pela arrecadação de altos impostos. De outro lado, os mencheviques, uma minoria que defendia um governo liderado pela nascente burguesia que se formava na Rússia.

Revoltas violentas contra o czarismo eram frequentes, e os trabalhadores reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. Em 1905, uma dessas revoltas foi reprimida com força pelo czar Nicolau II, que ordenou que as tropas atirassem contra os manifestantes. Esse episódio ficou conhecido como Domingo Sangrento. Em protesto, uma série de rebeliões estudantis e camponesas, assassinatos de autoridades e greves paralisaram a economia russa. Para acalmar a situação interna do país, o czar convocou um parlamento, a Duma, com deputados eleitos, mas submetida ao seu poder. No entanto, o czar rapidamente restabeleceu sua política absolutista, pela qual não mais se sujeitaria às leis dos parlamentares.

Alguns anos depois, já durante a 1ª Guerra Mundial, a insatisfação e o cansaço dos soldados russos na frente de batalha e a continuidade dos conflitos internos contribuíram para a queda do governo czarista. O país vivia uma crise de abastecimento de diversos produtos, a indústria se encontrava despreparada e a administração estava desorganizada. Além disso, muitos trabalhadores voltaram da guerra como soldados treinados e armados, o que os ajudou a se organizar em luta armada contra o czar.

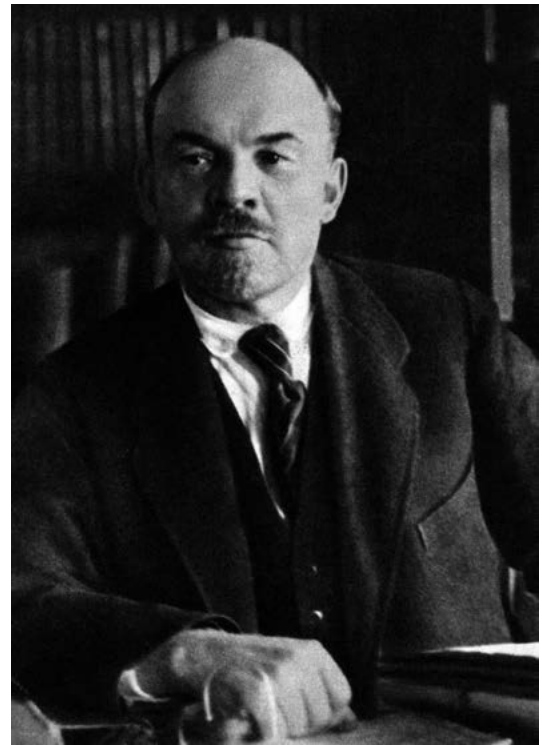
Foi nesse contexto que Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido como Lênin, um dos líderes bolcheviques, lançou as Teses de Abril, que definiam os três pilares de suas propostas: “paz, terra e pão”. O lema se referia, respectivamente, à saída da Rússia do conflito mundial, à implantação de uma reforma agrária e à garantia de alimento a todos os trabalhadores.

Várias greves e rebeliões colocaram fim ao czarismo. Foi criado um governo provisório – a República da Duma – e convocada uma Assembleia Constituinte para formar as bases de um governo parlamentarista. Os mencheviques assumiram o poder, liderados por Alexander Kerensky.

No entanto, os bolcheviques criticavam os encaminhamentos adotados pelos mencheviques, pois diziam que o Parlamento manteria a Rússia como uma organização social burguesa, não atendendo, portanto, aos interesses dos trabalhadores. Liderados por Lênin, os bolcheviques defendiam:

- o confisco dos latifúndios e a criação dos sovietes de camponeses, de forma a reorganizar a produção no campo em prol dos trabalhadores e não dos proprietários de terras;
- a nacionalização dos bancos, de forma que o Estado russo, controlado pelos sovietes e, portanto, pelos trabalhadores, gerenciasse suas próprias finanças;
- a estatização das fábricas e seu controle pelos operários, acabando, assim, com a propriedade privada dos meios de produção e, em decorrência, com a exploração dos trabalhadores;
- a saída da Rússia da guerra, entre outras medidas que beneficiassem os trabalhadores russos, de acordo com a visão de seus Conselhos (os sovietes).

Por essas reivindicações, os bolcheviques acabaram sendo postos na ilegalidade pelo governo menchevique burguês que se opunha às reivindicações da classe trabalhadora. Porém, o movimento popular cresceu e a atuação dos sovietes foi fortalecida.



Lênin, líder dos revolucionários bolcheviques e primeiro presidente da URSS. Foto de 1922.

Em outubro de 1917, os bolcheviques organizaram um comitê revolucionário para derrubar o governo provisório menchevique. Para apoiá-los, formou-se o Exército Vermelho, que, sob a liderança de Leon Trotski, reunia operários e soldados que voltavam da guerra. A **Revolução Socialista** finalmente aconteceu, e Lênin assumiu o poder na Rússia.

O governo socialista estabeleceu um plano básico, a Nova Política Econômica (NEP), que durou até 1928. Entre as medidas iniciais desse governo liderado por Lênin estavam a reforma agrária, o fortalecimento do parque industrial e a nacionalização das indústrias, que deveriam ficar sob o controle dos operários, e dos bancos, que passavam a ser propriedade do Estado. Houve resistência tanto dos mencheviques como dos partidários do czarismo, o que levou a uma longa guerra civil. Porém, os revolucionários bolcheviques venceram e, em 1921, o governo socialista havia se consolidado.

Em 1922, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com base na ideia da necessidade de expandir a revolução para outros países, evitando o crescimento do capitalismo e fortalecendo o socialismo.

Lênin morreu em 1924 e o desafio de substituí-lo acabou por opor lideranças internas da revolução. De um lado, Trotski, que defendia a “revolução permanente”, isto é, a internacionalização socialista; do outro, Josef Stálin, secretário-geral do Partido Bolchevique, que apoiava o “socialismo em um só país”, ou seja, a consolidação interna da revolução.

Stálin venceu a disputa, mas passou a governar de maneira ditatorial, entre 1922 e 1953, ano em que morreu. Nesse período, a economia russa foi nacionalizada, foram criadas as fazendas estatais e as coletivas, a indústria de base foi fortalecida e o Estado controlou a economia. A industrialização acelerada fazia parte das metas do Primeiro Plano Quinquenal de Stálin, implantado para acelerar o desenvolvimento econômico do país.

Para os camponeses, as políticas de Stálin não foram nada boas, pois muitos deixaram suas terras e foram para as cidades trabalhar como operários, mas lá não havia habitação suficiente para acolhê-los. Após a coletivização das fazendas, a má organização da produção agrícola pelo governo causou uma baixa na produção de alimentos, trazendo a fome para a URSS.

Com a nacionalização das empresas, os operários passaram a ser controlados pelas metas de produtividade estipuladas pelo Estado. Longas jornadas de trabalho e pouco descanso não resultavam na melhoria da qualidade de vida dos operários, ainda que o país se desenvolvesse de maneira acelerada. O foco foi na indústria

pesada: expansão de ferrovias, construção de siderúrgicas, fabricação de equipamentos bélicos etc. Já a indústria de consumo foi reduzida ao essencial, até porque, de acordo com as ideias socialistas, não é o consumismo exagerado que leva à felicidade.

Diferentemente das ideias socialistas defendidas durante o processo revolucionário de 1917, a censura foi instaurada na URSS e os opositores ao regime de Stálin foram perseguidos, como aconteceu com Trotski, que acabou exilado e assassinado no México em 1940. Pouco a pouco, os soviets foram substituídos por uma forte burocracia estatal, que passou a comandar o país. Ditadura, censura, perseguição política e burocratização passaram a definir o regime soviético, afastando-o das propostas revolucionárias originais, ao mesmo tempo que servia de modelo para a implantação de outros Estados socialistas no restante do mundo.



## PARA SABER MAIS



### Outras revoluções socialistas

Durante o século XX, outros continentes presenciaram revoluções socialistas. As experiências mais notáveis foram aquelas que ocorreram na China e em Cuba.

A **Revolução Chinesa** aconteceu em 1949, ano em que a cidade de Pequim foi tomada pelas forças comunistas, que proclamaram a República Popular da China, sob a liderança de Mao Tse-Tung (1893-1976) e com o apoio da URSS. Com o início da “Era Mao”, foi implantado um plano de desenvolvimento econômico que incluía o combate à fome, a coletivização das terras, o desenvolvimento industrial, o controle estatal da economia e a nacionalização de empresas estrangeiras. Em 1960 aconteceu a **Revolução Cultural**, que buscou aprofundar os ideais revolucionários e criticar os valores burgueses do capitalismo.

A **Revolução Cubana** aconteceu em 1959 e consolidou o primeiro regime socialista na América. Em oposição ao governo ditatorial de Fulgencio Batista, apoiado pelos EUA, líderes como Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara rebelaram-se e, a partir de 1953, formaram guerrilhas. Apoiadas pela população camponesa, as tropas revolucionárias dominaram Cuba, e Fidel assumiu o poder em Havana, em 1959. Em 1961, o governo cubano alinhou-se à URSS e, com isso, o socialismo foi se consolidando na ilha.





## FICA A DICA!

As revoluções socialistas serviram de inspiração para muitos filmes. Veja as sugestões a seguir.

*Reds* (direção de Warren Beatty, 1981) conta a história de John Reed, que realizou a maior cobertura jornalística da Revolução Russa de 1917 e escreveu o livro *Os dez dias que abalaram o mundo*.

*Che* (partes 1 e 2, direção de Steven Soderbergh, 2008), dividido em duas partes, narra a trajetória de Che Guevara, uma das lideranças da Revolução Cubana.

*Eles se atreveram: a Revolução Russa de 1917* (direção da Equipe do Instituto del Pensamiento Socialista “Karl Marx”, 2007) é um excelente documentário sobre o processo revolucionário russo, desde 1905 até sua consolidação em 1917.



## PENSE SOBRE...

Você viu que, em função das condições de opressão e exploração às quais os trabalhadores russos estavam submetidos, eles se organizaram de forma independente, em conselhos chamados sovietes, e lutaram por sua liberdade e por condições de vida mais dignas e justas. Hoje em dia, no Brasil e em outras partes do mundo, a opressão e a exploração de trabalhadores, e a miséria que elas causam, ainda estão presentes. Em função disso, seria possível haver outra revolução, como a que ocorreu na Rússia? O que a impediria? O que contribuiria para que isso ocorresse?

### ATIVIDADE

## 1 Revolução na Rússia

**1** Explique de que maneira a participação da Rússia na 1ª Guerra Mundial influenciou a luta do povo contra o czar e ajudou a desencadear os conflitos de 1917.

---

---

---

---

---

**2** Com a revolução socialista, o que mudou na situação dos camponeses e operários russos?

---

---

---

---

---



Ao final da 1ª Guerra Mundial, a Europa estava destruída economicamente e buscava se reestruturar em todos os aspectos. Os EUA, por sua vez, despontaram como potência econômica mundial e concederam empréstimos aos países europeus para que estes pudessem se reerguer. As áreas atingidas pelos combates foram reconstruídas, os Estados puderam financiar seus gastos, a produção industrial europeia foi impulsionada e o consumo de produtos estadunidenses foi estimulado. Como as fábricas estadunidenses produziam e vendiam cada vez mais, a prosperidade dos EUA parecia inabalável.

Entretanto, esse ciclo de crescimento capitalista entrou em crise no final da década de 1920, abalando as economias que estavam interligadas mundialmente. A crise econômica abriu espaço também para modelos autoritários de governo e, mesmo entre os países democráticos, para a intervenção estatal como forma de superação de seus problemas internos. Esse será o assunto que você vai estudar neste tema.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

De tempos em tempos, ocorrem crises, algumas mais brandas e outras mais profundas, algumas regionais e outras de proporções mundiais. A partir de 2008, o mundo capitalista passou por uma crise iniciada nos EUA e que acabou afetando países de outros continentes. O que causam essas crises econômicas? Você já viveu momentos de crise econômica?

Escreva nas linhas a seguir o que você pensa sobre as causas dessas situações de crise econômica e como elas acabam assumindo grandes proporções.

---

---

---

---

---



### A crise de 1929

A prosperidade econômica dos EUA durou quase toda a década de 1920. A produção industrial em grande escala passou a ditar um modelo de consumo, o *american way of life* (modo de vida tipicamente estadunidense, que se caracteriza, entre outras coisas, pelo consumismo), base para a lógica capitalista.

A economia estadunidense crescia em função da exportação de seus produtos industrializados para a Europa, que, por causa dos efeitos da guerra, ainda não havia retomado sua produção industrial. Internamente, o consumo dos estadunidenses crescia, pois havia uma oferta de crédito muito fácil. A população fazia crediário e comprava cada vez mais, gerando um endividamento, na crença de que a expansão econômica poderia sustentar essa lógica. Mais consumo gerava mais produção, que alimentava ainda mais o consumo.

Durante o período da guerra, havia ocorrido uma importante transformação no sistema de produção, o que possibilitou o aumento da capacidade produtiva das indústrias: a linha de produção. Aplicada inicialmente na indústria automobilística, ela havia revolucionado a fabricação de carros, que se voltou ao mercado de massa. A concepção idealizada pelo empresário estadunidense Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, era racionalizar a produção, diminuindo o tempo de produção e o seu custo, conseguindo assim aumentar seu lucro na medida em que o consumo também crescia. As inovações tecnológicas e de organização do trabalho, com linhas de montagem semiautomatizadas, proporcionaram essa melhora da capacidade produtiva.

Antes de Ford, outro estadunidense, Frederick Taylor, já havia pensado no desenvolvimento de um sistema de administração de empresas que visava aumentar a eficiência operacional. O taylorismo, como ficou conhecido, defendia a necessidade de diminuir o esforço nas tarefas e garantir maior eficiência na sua execução. Segundo essa concepção, o trabalhador deve ser treinado para desenvolver uma função específica.

Tanto o fordismo como o taylorismo aprimoraram um processo próprio do capitalismo, que é o da superexploração do trabalhador, fazendo-o produzir mais, em menos tempo e a menor custo.



Operários trabalham na linha de montagem de veículos em fábrica da Ford Motor Company, nos EUA, em 1928.

Ford aplicou essas ideias na produção dos seus carros, implantando uma linha de montagem, na qual o operário ficava parado e recebia a tarefa que deveria executar na produção. Cada um era responsável por uma das várias etapas da montagem do Ford T, o primeiro modelo produzido em massa. As peças podiam ser montadas por operários não qualificados, reduzindo a dependência de mão de obra qualificada e permitindo, por isso, um pagamento menor aos trabalhadores, que produziam ainda mais para os capitalistas. Esse sistema é conhecido como fordismo.

Havia a crença de que a recuperação econômica mundial andava bem e o capitalismo seguia forte. A superprodução voltada ao consumo de massa era viabilizada pela oferta de crédito e também pela possibilidade de comercializar ações das empresas nas bolsas de valores. A especulação financeira acabou por supervalorizar as ações, sem uma relação com o real crescimento econômico.

Com a retomada da produção industrial na Europa, os países do continente, que antes compravam dos EUA, diminuíram suas importações. No entanto, a produção estadunidense seguiu em larga escala. Os estoques cresciam e os preços dos produtos começaram a cair em função da diminuição da demanda. As empresas acreditavam ser uma queda temporária no consumo e pegaram empréstimos bancários para poderem investir ainda mais na produção. Ninguém acreditava que o capitalismo estava dando sinais de esgotamento.

A crise teve início quando um grande lote de ações foi colocado à venda na Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA) e não encontrou compradores. O desespero gerou um efeito cascata, levando mais investidores a oferecer ações, o que fez os valores despencarem rapidamente. O *crash* (quebra) da bolsa aconteceu no dia 24 de outubro de 1929, data que ficou conhecida como Quinta-Feira Negra, e representou o início de um período de crise que afetou não apenas a economia estadunidense, mas a de todos os países que se relacionavam com os EUA.

As ações perderam seu valor, bancos fecharam, empresas faliram, a produção foi drasticamente reduzida e o desemprego em massa afetou a população. Os anos que seguiram foram conhecidos como o período da depressão.

Nos EUA, em 1930, o desemprego era de aproximadamente 3 milhões de pessoas. No final de 1931, esse número chegou a cerca de 7 milhões e atingiu, no final de 1932, 11 milhões em média (cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas de História Geral*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2000, p. 70). Com o aumento do desemprego, a maioria dos trabalhadores estadunidenses empobreceu, a ponto de passar fome e ficar em péssimas condições de moradia. Essa população passou a depender do governo, que fazia a distribuição de alimentos aos desempregados.

As consequências alastraram-se pelo mundo, chegando aos países da Europa, da América Latina e da Ásia.

O colapso de 1929 abalou a tese liberal, que fundamenta o capitalismo e segundo a qual o mercado é dotado de mecanismos de autorregulação, que evitariam crises. O liberalismo teve de ser repensado, e práticas intervencionistas do Estado na economia passaram a ser adotadas. As ideias do economista britânico John Maynard Keynes foram seguidas para combater a depressão econômica.

Nessa direção, o governo estadunidense de Franklin Roosevelt implantou uma nova política econômica, chamada *New Deal* (“Novo Acordo”). O dólar foi desvalorizado para aumentar as exportações, o setor bancário foi saneado e medidas sociais de recuperação salarial foram tomadas, além de auxílio aos desempregados e retomada do crescimento e da oferta de empregos, tudo graças à intervenção do Estado na economia. As ideias keynesianas não buscavam alterar o capitalismo, mas revê-lo, tanto que a propriedade privada foi mantida, a classe empresarial continuou a ser dominante e a classe trabalhadora não saiu da sua condição de dominada, mas agora tinha alguns direitos sociais. Os trabalhadores receberam assistência



Desempregados estadunidenses fazem fila em Chicago (EUA) para receber sopa distribuída gratuitamente. A foto é de novembro de 1930, quando a crise já estava instalada e o desemprego crescia.

governamental, pois eram importantes para a manutenção da produção e do consumo, componentes básicos para a recuperação econômica.

A intervenção do Estado na economia deu origem ao “Estado de bem-estar social” (*welfare state*). Nele, o Estado assumia o papel de regulador da economia e controlador do sistema capitalista, garantindo direitos sociais e trabalhistas e condições mínimas para a população trabalhadora, com investimentos nas áreas de saúde, educação, transporte e moradia – incorporando, portanto, algumas das antigas reivindicações dos socialistas, mas mantendo a economia capitalista.

Politicamente, a crise de 1929 e a depressão que se seguiu geraram críticas ao modelo liberal do capitalismo. Nos países que receberam investimentos dos EUA, como a Inglaterra e a França, e nos próprios EUA, o modelo democrático foi mantido. No entanto, em outros países, como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, o caminho da superação da crise deu-se pelo surgimento de governos autoritários, com forte intervenção estatal, não apenas na esfera econômica como também na organização da sociedade – é o caso do fascismo e do nazismo, que serão estudados na Unidade 3.

## ATIVIDADE 1 Capitalismo em crise

Após ler o texto sobre a crise de 1929, responda às questões a seguir.

**1** Apresente as causas do *crash* da bolsa em 1929 e caracterize a depressão econômica que se seguiu.

---

---

---

---

---

---

---

**2** Explique como o governo estadunidense enfrentou a crise e manteve o sistema capitalista.

---

---

---

---

---

---

---





## TEMAS

1. O 2º Reinado e o fim do Império brasileiro
2. O Brasil republicano: a chamada República Velha

## Introdução

A história da monarquia brasileira teve início em 1822, ano em que o Brasil declarou sua independência política de Portugal e o Império do Brasil foi criado, sob a liderança de d. Pedro I. O Primeiro Reinado durou apenas nove anos, uma vez que d. Pedro I, sob forte pressão política e popular, abdicou em 1831. Ao longo de seu governo, o Brasil enfrentou problemas econômicos e viu-se forçado a realizar empréstimos com a Inglaterra para cobrir gastos e estabilizar a economia. É importante lembrar que, apesar disso, o Brasil foi o único país da América a ter uma monarquia própria por um longo período de tempo.

Em 1830, foram eleitos, majoritariamente, deputados liberais de oposição a d. Pedro I, que tornaram mais difícil a sustentação política do imperador. O clima se agravou com os conflitos nas ruas entre brasileiros e portugueses. Em um deles, conhecido como a Noite das Garrafadas, um grupo de brasileiros invadiu um quarteirão do Rio de Janeiro habitado por portugueses e foram recebidos com garrafadas. O confronto deixou vários feridos e mobilizou a imprensa de oposição. Grupos mais radicais lideravam na Câmara dos Deputados a campanha pela abdicação do imperador. D. Pedro I ainda tentou reorganizar seu ministério para ganhar apoio, mas, sem sucesso, decidiu abdicar em 7 de abril de 1831.

Como o sucessor de d. Pedro I, seu filho d. Pedro II, ainda não tinha idade para assumir o trono, o Brasil foi governado durante nove anos, entre 1831 e 1840, por regências. O 2º Reinado teve início em 1840, ano em que d. Pedro II finalmente passou a governar o Brasil. Esse período se estendeu até 1889, quando foi proclamada a República. Durante o período imperial, permaneceram algumas características da época colonial, em especial a manutenção da escravidão e a forte presença da economia exportadora de produtos agrícolas para a Europa. Durante o Império, o grande produto de exportação brasileiro foi o café. Setores da elite econômica insistiam no que chamavam de vocação agrária do Brasil, rejeitando as propostas de industrialização do País.

As mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas ao longo da segunda metade do século XIX provocaram o enfraquecimento do governo imperial e possibilitaram o surgimento de lideranças políticas que defendiam o fim da monarquia e a

proclamação de uma república. Em 1889, esses grupos contrários ao governo imperial tiveram sucesso na articulação de um golpe que derrubou a monarquia e inaugurou o período republicano brasileiro.

Nesta Unidade, você estudará algumas das características do governo imperial, em especial do 2º Reinado, e, em seguida, vai refletir sobre as mudanças que efetivamente ocorreram com a Proclamação da República no Brasil. Teria sido a república o caminho para a instituição de governos democráticos no Brasil?

## TEMA 1 O 2º Reinado e o fim do Império brasileiro

Um dos acontecimentos que marcaram o 2º Reinado foi a abolição da escravidão, em 1888. Durou décadas o processo de luta dos abolicionistas, que pregavam o fim da escravatura na sociedade brasileira. Mas para chegar à abolição, foi necessária uma série de transformações econômicas e sociais. Além disso, o próprio sistema capitalista, que exigia um mercado consumidor baseado na força de trabalho assalariada, contribuiu para acelerar o processo que levou ao fim da escravidão.

Contudo, o Brasil manteve-se como um país agroexportador, baseado no latifúndio, tendo o café como o principal produto de sua economia. É nesse contexto de transformações – mas também de manutenções – das estruturas econômicas e sociais que você vai estudar o 2º Reinado e o fim da monarquia e da escravidão no Brasil.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

A escravidão marcou a história do Brasil, pois durou aproximadamente 350 anos. Ela foi, por todo o período colonial e praticamente todo o período imperial, a fonte de mão de obra que garantiu a produção nas terras brasileiras.

O que você conhece sobre a luta contra a escravidão? O que será que aconteceu no País para contribuir com o fim da escravidão? Registre nas linhas a seguir o que você sabe sobre a escravidão e seu fim.

---

---

---

---

---

## O 2º Reinado

### Café, ferrovias e trabalho livre

Para compreender o processo social e econômico do 2º Reinado, é fundamental entender o desenvolvimento da cafeicultura no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o período imperial, já que o café foi a principal fonte de riqueza do País durante esse período e também no início da República. Relacionados a essa atividade econômica estão a criação das primeiras ferrovias brasileiras e o estímulo para a vinda de trabalhadores livres, que substituiriam os trabalhadores escravizados nas lavouras. Além disso, foi por meio da economia cafeeira que o Brasil permaneceu inserido, naquele período da história, no sistema capitalista internacional.

Nas primeiras décadas do século XIX, a produção de café no Brasil começou a crescer. Primeiro na região do Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, e, depois, estendendo-se paulatinamente em direção a São Paulo. Em meados do século XIX, a produção de café já se destacava na região que era então denominada de Oeste Paulista. Veja no mapa a seguir o avanço da produção de café até o começo do século XX.

A produção cafeeira no Brasil ocorria inicialmente em grandes fazendas que utilizavam mão de obra escrava. Quase toda a produção era exportada para a Europa. Nos anos 1840, o café já era o principal produto agrícola de exportação, superando inclusive o açúcar. Com isso, os cafeicultores ganharam influência política e grande parte das decisões governamentais passou a priorizar seus interesses.



ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2008, p. 43. Mapa original.

O crescimento da cafeicultura, entretanto, enfrentou o problema da crise da escravidão no País. Desde os anos 1830, a Inglaterra pressionava o Brasil para que acabasse com o tráfico negreiro, iniciando, assim, o processo de abolição da escravidão. Um primeiro acordo para o fim do tráfico negreiro foi assinado em 1831, mas não foi efetivamente cumprido pelo Brasil. Nos anos 1840, a Inglaterra intensificou

a pressão. Em 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei que ficou conhecida como *Bill Aberdeen*, que autorizava a captura de embarcações que carregassem africanos com a finalidade de serem escravizados.

Para os britânicos, grandes produtores de mercadorias industrializadas, não interessava a manutenção da escravatura, uma vez que, para expandir seu mercado consumidor, era preciso ampliar o mercado de trabalhadores livres que recebiam salários. Países como o Brasil, que tinha mais da metade da população escravizada, não constituíam mercados consumidores em larga escala para os ingleses, algo importante naquele momento de expansão do capitalismo industrial.

Nesse contexto, o Brasil aboliu efetivamente o tráfico negreiro em 1850, ano em que foi criada a lei que tornava esse comércio ilegal, conhecida como Lei Eusébio de Queirós. Com a lei em vigor, foram necessárias algumas mudanças no contexto social, político e econômico. A primeira delas foi a construção de ferrovias que facilitassem o transporte do café e reduzissem o custo para escoar o produto até o porto. Em 1867, foi inaugurada a ferrovia Santos-Jundiaí, para transportar o café do interior de São Paulo para o porto de Santos, onde era embarcado para a Europa.



Construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em 1864.

A segunda mudança relacionava-se com a aprovação da Lei de Terras, de 1850, que transformava a terra em mercadoria e evitava que trabalhadores livres e libertos se tornassem pequenos proprietários, obrigando-os a trabalhar como assalariados ou colonos nas fazendas. Os principais beneficiados foram, assim, os cafeicultores paulistas, que exigiam a colaboração do Estado para organizar a vinda de trabalhadores europeus, de modo a substituir os trabalhadores escravizados. Tornada mercadoria, a terra passou a ser acessível apenas àqueles que dispusessem de dinheiro para comprá-la, o que não era o caso dos imigrantes. Por isso, a Lei de Terras colaborou para a concentração de terra e impediu que pequenos produtores tivessem acesso a ela.

A terceira mudança que permitiu o fim do tráfico negreiro era exatamente o estímulo à vinda de imigrantes para o Brasil, a partir dos anos 1850. Já nos anos 1840, começaram a chegar as primeiras levas de europeus que iriam trabalhar na agricultura brasileira, mas foi a partir do final da década de 1870 que a imigração ganhou força.

Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que tornava livre todo filho de escrava que nascesse depois da data de promulgação da lei. No entanto, ela também garantia a possibilidade de o fazendeiro explorar a criança como escrava até os 21 anos de idade. A outra opção seria libertá-la quando completasse 8 anos de idade, mediante uma indenização do governo. Ou seja, embora a lei desse um passo para abolir a escravidão, propunha que esse processo ocorresse de modo gradual, já que todos aqueles que tinham nascido antes de 1871 continuariam a ser escravos.

Em 1885, outra lei promulgada no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos com 60 anos de idade ou mais. Mas a lei tinha pouco valor efetivo, pois pouquíssimos escravos viviam até essa idade. Nesse contexto, em que a pressão para abolir a escravidão se tornava cada vez mais intensa, a despeito das tentativas do governo e dos latifundiários para estender ao máximo sua permanência, os cafeicultores paulistas, financiados pelo governo da província (divisão política da época, que daria lugar aos atuais Estados), estimularam a vinda de novos imigrantes europeus.

Desse modo, foi criada em 1886 a Sociedade Promotora da Imigração para agenciar os trabalhadores e organizar seu transporte até o porto de Santos. De lá, eles seguiam para a Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, da qual saíam para trabalhar em fazendas de café. Nas fazendas, eles recebiam um salário anual para cuidar de um bloco de cafezais.

Foram muitos os conflitos relacionados às condições de trabalho e aos valores pagos aos imigrantes, que eram em sua maioria italianos, espanhóis, alemães e portugueses. Já no século XX, também começaram a chegar imigrantes japoneses.



Famílias italianas recém-chegadas à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, em 1900.

Nos anos 1870, o movimento abolicionista já tinha ganhado força no Brasil. Seus integrantes, por meio de atos e comícios, defendiam a abolição imediata da escravidão, sem indenização aos fazendeiros que tivessem de abrir mão de seus escravos. Em 1883, Joaquim Nabuco, político importante no período, lançou o livro *O abolicionismo*, que defendia que qualquer negociação de seres humanos seria crime. Em 1884, a campanha ganhou mais força com a abolição da escravidão na província do Ceará. Em São Paulo, o abolicionista Antônio Bento liderou o grupo denominado de Caifases, que planejava, financiava e auxiliava fugas de escravos. Depois de retirados das fazendas, eles eram levados ao Quilombo do Jabaquara, em Santos, local que chegou a receber milhares de escravos.

Essas fugas, que causavam prejuízos aos proprietários, tornaram-se comuns a partir de 1887, em decorrência da radicalização do movimento abolicionista e do apoio que ele recebia de alguns setores da opinião pública, especialmente das classes médias urbanas das grandes cidades. Fugas, alforrias compradas e outras

estratégias agenciadas pelos abolicionistas e também pelos próprios escravos apressaram o fim da escravidão, que já estava condenada no plano internacional desde o fim da guerra civil estadunidense, vencida pelo norte antiescravocrata.

Além desses aspectos, outros também foram fundamentais para o fim do escravismo no Brasil. A utilização de imigrantes pelos setores mais dinâmicos da cafeicultura do chamado Oeste Paulista significava que os fazendeiros haviam encontrado na imigração uma solução para o problema da mão de obra.

O acúmulo de fugas levou inúmeros fazendeiros a buscar soluções de compromisso com os escravos, ou seja, a alforria condicionada à permanência na fazenda. No início de 1888, no entanto, os cafeicultores paulistas já haviam conseguido subsídio estatal para financiar a imigração de trabalhadores europeus. Somente nesse ano, entraram dezenas de milhares de italianos no País. Erradicada em muitos municípios brasileiros, a escravidão já não era defendida pela maioria dos proprietários de terra da região mais próspera da cafeicultura, pois dificultava a plena integração dos imigrantes nas fazendas.

### Imigração por nacionalidade (1884-1933)

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	–	–	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
<b>Total</b>	<b>883.668</b>	<b>852.110</b>	<b>1.006.617</b>	<b>503.981</b>	<b>717.223</b>

Fonte: IBGE. *Brasil 500 anos: estatísticas de povoamento*. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. Acesso em: 25 set. 2014.

Diante da pressão pelo fim da escravidão, da imposição da Inglaterra e do grande fluxo de trabalhadores imigrantes para a cafeicultura, em 13 de maio de 1888 foi assinada pela princesa Isabel a chamada Lei Áurea, que libertava todos os escravos a partir daquela data, sem direito de indenização aos proprietários. O fim da escravidão intensificou, como será visto a seguir, a crise da monarquia, que no ano seguinte seria derrubada com a Proclamação da República. Com isso, realizou-se também a aspiração europeia da criação de um mundo de trabalhadores assalariados que pudessem se transformar em consumidores dos produtos industriais europeus, especialmente ingleses.

A vinda maciça de imigrantes trabalhadores para certas regiões do Brasil, sobretudo para o Sudeste, desempenhou papel significativo no desenvolvimento capitalista nacional. Em primeiro lugar, porque a imigração permitiu a expansão do trabalho livre, fundamento para a constituição do operariado urbano. Como trabalhador assalariado, o imigrante possuía poder aquisitivo, o que significava possibilidade de adquirir bens, até então limitada às classes sociais mais altas. Por fim, essa classe de assalariados dinamizou as atividades produtivas e o mercado interno, o que possibilitou, décadas mais tarde, a intensificação da industrialização no Brasil.

## As instabilidades políticas que precederam o 2º Reinado

Quando d. Pedro I renunciou ao trono, em 1831, seu filho Pedro, seu sucessor, tinha apenas 5 anos de idade. Por isso, foi necessário estabelecer uma regência, ou seja, uma ou mais pessoas, chamadas de regentes, governariam o Brasil enquanto o imperador não completasse a maioridade, 18 anos de idade, conforme determinava a Constituição brasileira de 1824. Assim, após a **abdicação** de d. Pedro I, constituiu-se a Regência Trina Provisória, composta de três membros indicados pelo Senado. Ainda em 1831, foi instituída a Regência Trina Permanente.

Deve-se considerar que nesse período havia uma grande cisão política entre os liberais moderados e os liberais exaltados. Ainda que não formassem partidos políticos, esses grupos defendiam posicionamentos particulares e divergentes. Os liberais moderados defendiam a monarquia constitucional, em que o monarca governava respeitando a Constituição; já os exaltados lutavam a favor de reformas modernizadoras, não descartando a adoção de um regime republicano **federalista**, como o colocado em prática nos Estados Unidos da América (EUA). Por fim, havia ainda o grupo dos restauradores, que propunha o retorno de d. Pedro I ao trono.

Do ponto de vista econômico, nenhum dos grupos defendia transformações radicais, ainda que alguns liberais exaltados chegassem a criticar a manutenção da escravidão. Porém, tanto para os exaltados como para os moderados deveria ser garantido o direito de propriedade.

As lutas políticas desses grupos e as demandas sociais da população brasileira, espalhada por um imenso e diverso território, tornaram o período bastante tenso do ponto de vista político e social. Em um contexto dominado pelo trabalho



### Glossário

#### Abdicar

Renunciar, deixar o governo por vontade própria.

#### Federalismo

Forma de governo em que vários Estados se reúnem em uma só nação soberana, mas cada um deles mantém sua autonomia em tudo que não afete o interesse comum.



escravo e pela grande presença dos latifúndios monocultores, restavam poucas opções para os homens livres pobres. Eles não tinham acesso à terra e não existia um mercado de trabalho constituído para essa população.

Diversas revoltas ocorreram. Em várias províncias, era a própria adesão ao Estado brasileiro que ainda estava em questão. Considerando os rumos da política conduzida pelo governo central, em que medida as demandas políticas locais se viam contempladas?

No Rio Grande do Sul, ocorreu a **Farroupilha** (1835-1845), liderada por proprietários de gado, conhecidos como estancieiros, que desejavam ter maior autonomia política para poder realizar seus negócios sem pagar os impostos definidos pelo governo central. Parte do problema se relacionava com novos impostos criados sobre o charque (carne bovina seca e salgada), que o tornavam comercialmente pouco competitivo em relação ao do vizinho Uruguai. Esgotadas as negociações, intensificou-se o conflito armado entre forças rebeldes e as do governo, em 1836.

Os conflitos se estenderam até 1845, envolvendo também parte da província de Santa Catarina, na qual foi fundada a República Juliana. Em 1845, iniciou-se nova negociação que resultou na reincorporação do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Império.

Na província do Grão-Pará (atuais Pará, Amazonas, Amapá e Roraima), ocorreu a **Cabanagem**. Desde a independência, o poder na província era disputado pelas elites locais, constituídas principalmente de comerciantes, produtores rurais e proprietários de terra.

De um lado, estavam aqueles que defendiam o governo centralizado nas mãos do imperador e, do outro, os adeptos da monarquia constitucional que limitava a autoridade do Poder Executivo. O primeiro grupo era composto, em sua maioria, por produtores e negociantes de origem portuguesa, enquanto o outro grupo, constituído por produtores e comerciantes brasileiros, possuía apoio da população que vivia em cabanas na beira dos rios. Esses cabanos culpavam os portugueses por suas dificuldades econômicas.

Em 1836, os rebeldes controlavam boa parte do Pará, havendo grande participação de indígenas e negros que se rebelavam contra sua condição social de explorados. Essa foi a primeira insurreição popular em que as classes sociais mais baixas da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província. No entanto, com a intervenção das forças militares do governo central, a cidade de Belém foi retomada pelas forças imperiais. Entre 1837 e 1840, a rebelião ainda teve fôlego no interior da província, mas a revolta acabou sendo definitivamente derrotada.

Além dessas revoltas, aconteceu ainda, em 1835, uma rebelião de escravos em Salvador, na província da Bahia. Os líderes do movimento eram os **malês**, como eram conhecidos os africanos muçulmanos que viviam na Bahia. Os motivos da revolta, que vinha sendo planejada desde 1834, relacionavam-se ao descontentamento com o tratamento dado pelas autoridades locais à comunidade islâmica, religião de muitos escravos vindos de algumas regiões da África. A chamada mesquita da Vitória foi destruída, e mestres muçulmanos, que tinham a função de transmitir o conhecimento sobre o islã, foram presos. Houve conflitos na cidade, nos quais festas islâmicas foram dissolvidas com violência por autoridades locais.

Entre os objetivos dos líderes do movimento estava a abolição da escravatura e a africanização da Bahia, a ponto de se defender a morte dos brancos. O plano da rebelião, entretanto, foi descoberto um dia antes da data prevista. Os rebeldes entraram em conflito com as forças imperiais e não conseguiram impor a vitória. Apesar do fracasso do movimento, ele se tornou símbolo do temor das elites de uma rebelião escrava. Os revoltosos foram condenados a vários tipos de sentenças, desde a prisão até a pena de morte.

Nesse período, ocorreram ainda a **Sabinada**, na Bahia, em 1837, e a **Balaiada**, no Maranhão, entre 1838 e 1841. A primeira colocava a possibilidade de a província separar-se do Império. A Bahia já vinha sendo palco de várias revoltas, desde a Independência. Esse movimento era apoiado por pequenos comerciantes, funcionários públicos e artesãos que criticavam a má administração da província e a transferência de recursos para o governo central, o que impedia a ampliação dos investimentos locais. Depois de cercarem Salvador, as tropas do governo reconquistaram a cidade, deixando um saldo estimado de quase 2 mil mortos.

A Balaiada relacionava-se com os conflitos locais entre liberais e conservadores, que disputavam o poder, embora defendessem interesses econômicos em comum: não se opunham à escravidão nem propunham reformas que beneficiassem efetivamente a população miserável do Maranhão. A essa disputa de poder somava-se a grande tensão social existente na província, que vivia as consequências do declínio da economia algodoeira, o que fez com que a pobreza da população local se agravasse ainda mais. Além disso, muitos escravos eram trabalhadores urbanos, especializados em tarefas como construção e carpintaria. Nas cidades, a proximidade entre escravos e a população pobre, que encontrava dificuldades para sobreviver, aumentava o temor de que esses diferentes grupos marginalizados iniciassem uma rebelião social. O movimento foi ganhando ares de confronto racial (havia o incentivo à morte dos brancos) e de protesto da população miserável. A elite local passou a temer o crescimento das manifestações e apoiou a repressão ao movimento. Aproximadamente 8 mil homens lutaram contra os rebeldes, que foram definitivamente derrotados em 1841.

Em meio a muitas instabilidades políticas e reivindicações locais em 1834 os deputados e senadores decidiram, por meio de um ato adicional que reformaria a Constituição vigente, que a regência deixaria de ser trina para ser una. Desse modo, haveria apenas um governante. Era uma tentativa de fortalecer o Poder Executivo diante das várias revoltas que ocorriam no País. Em 1835, o padre Diogo Antônio Feijó, de orientação liberal, venceu as eleições para regente. No entanto, não foi capaz de resistir aos conflitos e, em 1837, passou a regência para o conservador Pedro de Araújo Lima.

Nesse contexto, já se articulava, contudo, um movimento liderado pelos liberais que defendia a antecipação da maioria de d. Pedro II, que acabou sendo aprovada pela Câmara dos Deputados em 1840. Como resultado, o imperador assumiu o trono com 14 anos de idade, encerrando o período regencial e dando início efetivamente ao 2º Reinado.



## PARA SABER MAIS



### O barão de Mauá

Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá (1813-1889), nasceu no Rio Grande do Sul e mudou-se para o Rio de Janeiro aos 12 anos de idade. Nos anos 1840, viajou para a Inglaterra e ficou fascinado pelo seu desenvolvimento industrial. De volta ao Brasil, conseguiu apoio financeiro para desenvolver projetos no setor industrial e de transportes. Em 1851, fundou a Companhia de Iluminação e Gás do Rio de Janeiro e, em 1854, inaugurou o primeiro trecho ferroviário do País, que ligava o porto de Mauá, no Rio de Janeiro, à Serra da Estrela, em Petrópolis (RJ). Em 1855, iniciou os esforços para obter recursos para a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí. A obra foi financiada e parcialmente executada pelos ingleses, e a ferrovia foi inaugurada em 1867. Mauá investiu também na construção de um telégrafo submarino e chegou a ter seu próprio banco, o Mauá & Cia. No Brasil, enfrentava a oposição de parte da elite, especialmente dos produtores agrícolas e defensores da escravidão, já que ele se pronunciava contrário à manutenção do regime escravista. Em 1858, seu estaleiro, o Ponta de Areia, foi incendiado. O governo central, nos anos 1860, impôs taxações maiores aos produtos importados, dificultando os negócios de Mauá, e seu banco foi à falência. Ele não conseguiu mais investir em indústrias e nos anos seguintes trabalhou como corretor de negócios do café.

## ATIVIDADE 1 Cafeicultura

Com base no texto *Café, ferrovias e trabalho livre*, responda às questões a seguir.

**1** É correto afirmar que o governo imperial tentou prorrogar ao máximo a escravidão no Brasil em benefício dos fazendeiros? Por quê?

---



---



---



---

**2** Explique a relação entre o fim da escravidão, a expansão do capitalismo industrial e os interesses britânicos.

---



---



---

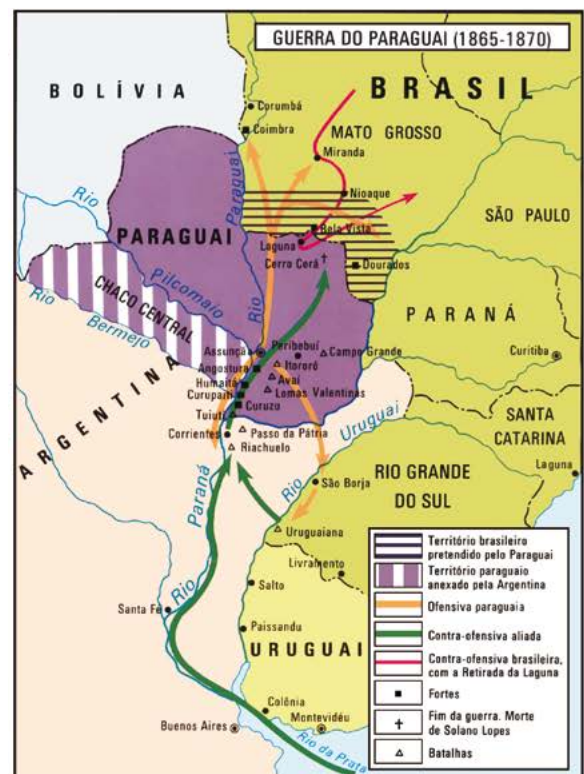


---



## O fim do Império e a Proclamação da República

Em 1864, teve início a Guerra do Paraguai, na qual Brasil, Uruguai e Argentina formaram a Tríplice Aliança para derrotar as forças militares do Paraguai, país presidido por Solano López. O conflito se relacionava diretamente com a disputa pelo controle político da região do Rio da Prata, economicamente estratégico por dar acesso ao Oceano Atlântico. O livre trânsito nos rios Paraguai, Uruguai e Prata garantiria à província do Mato Grosso a possibilidade de ter uma saída direta para o mar. Por esse caminho, seria possível também escoar produtos ingleses comercializados a partir do Brasil.



Foi essencial para a Tríplice Aliança o apoio da Inglaterra, que financiou os armamentos necessários para os combates. Ao se preparar para a guerra, o Brasil recorreu ao Exército, mas também aos “voluntários da pátria”, estudantes e outros civis que inicialmente se candidataram a lutar na guerra. Mais tarde, entretanto, a convocação passou a ser compulsória, gerando grande desgaste ao governo brasileiro. Houve também a participação de muitos escravos, sendo que alguns foram forçados a se alistar e outros combateram em troca da promessa de alforria dada pelo governo.

Várias batalhas foram travadas pelas forças da Marinha e do Exército da Tríplice Aliança contra as tropas paraguaias. A longa duração da guerra, por sua vez, provocava grande desgaste para a monarquia brasileira, e os custos dos conflitos eram maiores do que o governo poderia suportar. Assim, depois de 1868, o Brasil ampliou os esforços para pôr fim à questão, promovendo uma chacina, que levou à morte parte significativa da população paraguaia. Ainda assim, a guerra só teve fim em 1870, com a morte do presidente paraguaio Solano López.



© Rômulo Faldini/Tempo Composto

A primeira versão desta obra foi pintada por Victor Meirelles (1832-1903) no território de combate, mas foi destruída em um acidente marítimo. Ele produziu esta segunda versão com base na primeira. A Batalha do Riachuelo foi um dos eventos mais importantes da guerra. O Brasil impôs a derrota militar ao Paraguai, que não conseguia enfrentar o poderio da Tríplice Aliança, a qual contava com o apoio da Inglaterra. [Victor Meirelles. *Combate naval do Riachuelo*, 1872.]

A longa duração da guerra, seus enormes custos, a convocação forçada de civis e a crise do sistema escravista colocaram a própria monarquia brasileira em xeque. Ainda que tenha vencido a guerra, o governo imperial não conseguiu evitar as críticas por sua postura autoritária na convocação de civis para lutar e pela incapacidade de solucionar o conflito rapidamente.

Parte das críticas à monarquia passou a ser feita pelo próprio exército, que, apesar da crescente importância política após seus intensos esforços na guerra, não se via politicamente representado. Dessa maneira, os militares denunciavam os privilégios, a corrupção e a incompetência administrativa imperial.

O que tornava ainda mais frágil a situação da monarquia era o fato de que os cafeicultores já não eram mais grandes aliados do governo imperial. Alguns deles já não estavam interessados na manutenção da escravidão, e sim no financiamento da imigração europeia, que desejavam que viesse diretamente dos cofres do governo da província de São Paulo. Ou seja, passava a ser mais interessante para os cafeicultores a criação de uma república federalista, na qual o governo local pudesse ter mais autonomia para investir na vinda de novos imigrantes sem precisar negociar com o governo central.

Havia outras forças sociais além dos cafeicultores do Oeste Paulista, como os republicanos do Rio de Janeiro, apoiados por parte dos militares, que também consideravam que o governo imperial já não atendia suas demandas econômicas e políticas. Essa insatisfação abriu espaço para um golpe militar que articulou a queda do imperador.

Nesse contexto, em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil, sem que os representantes da monarquia tivessem força para reagir. Com o apoio do movimento republicano, que já se fazia presente desde os anos 1870, e dos cafeicultores, os militares impuseram um golpe de Estado e assumiram o poder. Foi criado um governo provisório sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca. D. Pedro II deixou o Brasil com seus familiares em direção à Europa, falecendo em 1891, em Paris.



Anos antes da queda da monarquia, o desenhista já ironizava o poder dos militares. Na imagem, um militar derruba o imperador do trono. [Angelo Agostini. Caricatura publicada na *Revista Ilustrada*, 1882.]



A abolição da escravatura traria um imenso desafio ao País. Grande parte dos novos cidadãos da República seriam os ex-escravos, que precisariam ser incluídos no mercado de trabalho. Mais do que isso, a maioria dessa população era analfabeta, e seus familiares haviam vivido por séculos na condição de escravos. Não houve um esforço dos primeiros governos republicanos para que essa população pudesse alcançar, de fato, uma melhor condição social. Portanto, foi perpetuada no Brasil uma grande diferença social que também tinha um forte viés racial. Quais medidas os governos republicanos poderiam tomar para dar condições de vida adequada para os ex-escravos? Como eles poderiam inserir economicamente essa população no novo mundo do trabalho que surgia? Como prepará-los para a vida republicana como cidadãos livres?

## ATIVIDADE 2 A queda do Império

Releia o texto *O fim do Império e a Proclamação da República* para responder às questões a seguir.

**1** De que maneira a queda da monarquia se relaciona com a participação brasileira na Guerra do Paraguai? Por que a vitória nessa guerra não foi suficiente para evitar uma crise do regime monárquico?

---

---

---

---

---

---

---

**2** Por que os cafeicultores deixaram de apoiar a monarquia e acabaram por defender a república no Brasil?

---

---

---

---

---

---

---





Em 1889, a República foi proclamada por um golpe militar no Brasil. Nesse sentido, não se pode afirmar que tenha sido um movimento popular. Na realidade, ela foi feita sem a participação do povo, ainda que a insatisfação da população com a monarquia fosse evidente nos últimos anos do Império.

Mas em que medida a república atenderia às aspirações dos trabalhadores pobres das diversas regiões do País? E as dos escravos recém-libertos? A república no Brasil se traduziu em maior participação popular e desenvolvimento da democracia?

Você estudará a 1ª República brasileira, também chamada República Velha. Ela se estendeu até 1930 e foi marcada pela forte presença dos cafeicultores no poder, sem efetivamente construir uma sociedade democrática. Ao contrário, criou um modelo oligárquico, no qual o governo se colocava como legítimo e exclusivo representante dos interesses dos cafeicultores. Em 1930, por meio de mais um golpe de Estado, chegou ao poder Getúlio Vargas, que permaneceu como presidente do Brasil até 1945.

A Era Vargas foi um período agitado no que se refere às lutas dos trabalhadores, que fizeram muitas greves e protestos e reivindicaram melhores condições de trabalho. Foi uma época também de proposições mais radicais de transformação da sociedade, defendidas pelos movimentos comunistas e anarquistas no Brasil. Parte desse período também compreendeu um governo ditatorial, chamado de Estado Novo.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você conhece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)? Quando ela foi criada? Quais são os direitos nela contidos? De que forma essa lei pode ser considerada um avanço para os trabalhadores? Escreva nas linhas a seguir o que você sabe sobre esse assunto.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## A República do Café com Leite

Imediatamente após a Proclamação da República, foi instaurado um governo provisório, no qual o marechal Hermes da Fonseca era o presidente. Foi necessário criar uma nova Constituição para o País, promulgada em 1891. Inspirada no modelo federalista dos EUA, ela concedia maior autonomia às províncias, que se transformaram nos Estados da federação. Cada Estado poderia tomar certas decisões sobre a vida econômica e política local sem que o governo central precisasse autorizá-las. Esse caminho satisfazia o desejo das elites regionais. Em São Paulo, particularmente, os cafeicultores alcançaram o objetivo de que o governo estadual financiasse a vinda de novos imigrantes europeus para trabalhar em suas lavouras de café.

A primeira Constituição da República previa também eleições diretas para a presidência e para o parlamento. No entanto, o voto seria aberto, isto é, não seria secreto, e isso possibilitava muitos desvios no processo eleitoral. Os eleitores eram todos os brasileiros do sexo masculino com mais de 21 anos e alfabetizados, o que abrangia uma porcentagem muito pequena da população. Quer dizer, mesmo havendo voto direto para o parlamento e para a presidência, apenas uma minoria da população tinha o direito de escolher seus representantes. Com isso, a grande maioria da população, composta de mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, ex-escravos, pobres e analfabetos, estava excluída da vida política, ficando à mercê da elite branca e latifundiária, que acabava por definir os rumos econômicos e da organização do trabalho e da produção em todo o País de acordo com seus interesses.

A corrupção no sistema eleitoral foi uma das marcas da 1ª República. Foi nesse contexto que surgiu a expressão “voto de **cabresto**”. Como o voto era aberto, criava-se a possibilidade de controlar e manipular os votos dos eleitores. Todo tipo de favor era prometido aos que votassem em determinado candidato. Ao mesmo tempo, aqueles que não votassem no candidato preferido da liderança política local – o chamado coronel – poderiam ser vítimas de sanções, isto é, de punições e até de ações violentas. Para garantir o cumprimento das ameaças, capangas do coronel vigiavam os eleitores na hora de votar.



### Cabresto

Arreio usado para conduzir montaria; por isso, pode simbolizar qualquer situação de controle e repressão.

Mas quem era o coronel? Era uma figura de expressão local, uma pessoa influente que poderia definir o acesso a empregos, prestar favores e criar dificuldades para quem não estivesse do seu lado na política. Ele era essencial para o processo eleitoral do período, pois foi criado um sistema em que candidatos dos

governos estaduais contavam com o apoio político local para se eleger. O mesmo ocorria com deputados e senadores, que precisavam do apoio do coronel. Essa prática eleitoral, em que o eleitor era coagido, ou seja, forçado a votar no candidato do coronel, é que se denominou de voto de cabresto.

Vale ressaltar que o coronel era também, em geral, um proprietário de terras que se articulava ao sistema político. Por meio dessa articulação, ele garantia a manutenção da estrutura social e fundiária na qual predominavam os latifúndios, que, em sua maioria, eram monocultores e utilizavam mão de obra superexplorada. O coronelismo correspondia a práticas de controle político típicas das primeiras décadas do Brasil republicano, de forma a manter a situação econômica e a organização do trabalho sempre favoráveis aos interesses da elite latifundiária local, da qual faziam parte os coronéis.

Desse modo, percebe-se que as eleições nesse período não satisfaziam à vontade popular e aos interesses dos trabalhadores e que tampouco se tratava efetivamente de um Estado democrático. Ao contrário, considera-se a 1ª República como um período marcado pelo Estado oligárquico, ou seja, governado por poucos e para poucos. Em especial, eram governos dominados por grandes proprietários, que conseguiam eleger presidentes, governadores e deputados alinhados com seus interesses.

A força desse grupo oligárquico fica evidente ao se verificar o conjunto de presidentes que governaram o País entre 1889 e 1930. Dos 13 presidentes do Brasil nesse período, sete estavam diretamente ligados aos interesses dos grandes proprietários de São Paulo e de Minas Gerais, em especial dos grupos ligados com a produção de café. Essas oligarquias tinham grande força, porque os dois Estados eram os mais populosos, o que lhes proporcionava uma grande bancada eleitoral. Esse sistema ficou conhecido como **política do café com leite**, uma alusão à elite cafeicultora paulista e ao Estado de Minas Gerais, já que os mineiros, além de produzirem café, eram também grandes produtores de leite.

Mas como os cafeicultores eram favorecidos? Em 1906, estabeleceu-se o Convênio de Taubaté, o qual definiu que o governo compraria parte da produção do café para regular os preços no mercado e também desvalorizaria a moeda nacional quando fosse necessário, para que os cafeicultores recebessem mais dinheiro brasileiro em uma venda para o mercado externo.



### FICA A DICA!

Os romances de Jorge Amado *Cacau* (1934), *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e *Gabriela, cravo e canela* (1958) são bons exemplos de como a literatura tratou da presença do coronelismo na sociedade brasileira.

Quem perdia com essas práticas? O resto da população, pois o governo estava utilizando recursos públicos para financiar o café em detrimento de investimentos em setores que poderiam beneficiar, entre outros, pequenos proprietários de terras ou trabalhadores urbanos. Além disso, quando a moeda nacional era desvalorizada, o lucro dos cafeicultores aumentava, mas o custo dos bens de consumo importados, que eram a maioria nesse período, ficava mais caro. Levando em consideração que os salários dos trabalhadores eram muito baixos, era mais difícil comprar os produtos de que precisavam para viver.

Foi nesse período que teve início o desenvolvimento industrial brasileiro. Desde os anos 1880, começaram a se instalar as primeiras indústrias de bebidas, fósforos, chapéus e tecidos no País. No entanto, ainda eram bastante incipientes se comparadas às indústrias de países europeus no mesmo período.

É importante lembrar que foram os recursos obtidos na cafeicultura que permitiram o investimento na indústria nacional. As grandes fortunas construídas com a exportação do café puderam ser utilizadas também na criação de bancos, que financiaram a atividade industrial.

O desenvolvimento da indústria possibilitou o crescimento dos centros urbanos, principalmente na região Sudeste, já que as indústrias foram instaladas nesses centros, atraindo os trabalhadores que vinham do interior, de



Inauguração da primeira linha de bonde em São Paulo, 1900. A cidade iniciava um processo de crescimento industrial que estimularia o aumento de sua população, que se multiplicaria ao longo do século XX. Os bondes elétricos eram o principal transporte dos trabalhadores.

outros Estados ou de fora do País. São Paulo, principal área de desenvolvimento industrial, viu sua população aumentar rapidamente entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX. Em 1872, a cidade tinha aproximadamente 31 mil habitantes e, em 1900, já eram cerca de 240 mil pessoas, quase oito vezes mais (cf. FUNDAÇÃO Seade. *São Paulo outrora e agora*. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spoutragora/sp\\_outrora\\_agora.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spoutragora/sp_outrora_agora.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2015).

As condições de trabalho nas fábricas que se instalaram em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto, eram as piores possíveis. As jornadas de trabalho chegavam a 13, 14 e 15 horas por dia (cf. DECCA, Maria Auxiliadora de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991, p. 36) e os castigos físicos eram admitidos quando um trabalhador cometia algum erro na produção. Os salários eram miseráveis, e muitas crianças eram contratadas por salários ainda menores que os dos adultos.

Nesse contexto, foram criadas as primeiras organizações operárias para protestar contra as más condições de trabalho, as longas jornadas de trabalho e os baixos salários. Entre os operários organizados, havia uma significativa presença dos anarcosindicalistas, que, em 1908, criaram a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja finalidade era organizar greves e mobilizações de trabalhadores de várias categorias.

As greves eram reprimidas com violência, pois se considerava que as questões sociais deveriam ser tratadas como caso de polícia. A repressão às greves levava trabalhadores à prisão, sendo comum também as agressões físicas.

Em 1917, o sapateiro José Iñiguez Martinez foi morto em um confronto com os policiais, o que ampliou a mobilização operária. Ainda nesse ano, foi organizada uma greve geral de trabalhadores em São Paulo, a qual defendia a introdução da jornada de trabalho



Operários marchando pela cidade de São Paulo, durante a greve geral de 1917, em cortejo fúnebre do sapateiro Martinez, morto pela polícia durante greve.

de oito horas diárias, a libertação de grevistas presos e o livre direito de associação. A greve só foi encerrada depois que parte das reivindicações foi atendida.

No mesmo ano, outra greve atingiu várias categorias e grande parte dos trabalhadores do Rio de Janeiro. As greves e as mobilizações conduzidas pelos anarcossindicalistas prosseguiram por toda a década de 1920, sendo sempre duro o conflito com as autoridades, que claramente não atuavam na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os grupos sociais que, de alguma forma, divergiam dos caminhos e proposições do grupo oligárquico eram duramente reprimidos. Essa repressão gerava conflitos violentos e não abria espaço para mediações ou diálogos.

## ATIVIDADE 1 O início da industrialização no Brasil

**1** Quais foram as consequências do processo de industrialização para o mundo do trabalho no Brasil? Quais eram as condições de trabalho nas indústrias e por que se pode considerar que os trabalhadores eram explorados?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**2** Quais movimentos sociais estiveram presentes nas lutas por direitos dos trabalhadores urbanos? O que esses movimentos reivindicavam?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## Crise da 1ª República e o início da Era Vargas

Na década de 1920, as críticas ao governo oligárquico intensificaram-se com a presença do movimento tenentista. Os tenentes formavam um grupo de oficiais de baixa patente que criticavam a maneira como o governo republicano estava politicamente organizado.

As críticas formuladas pelos tenentes recebiam apoio de parte da classe média e das oligarquias que não estavam ligadas à cafeicultura. Entre as principais bandeiras de luta dos tenentes estavam a liberdade de imprensa, a moralização do Legislativo, uma maior independência do Judiciário e o combate à corrupção e à fraude eleitoral.

Em 1922, oficiais de baixa patente sublevaram-se, isto é, rebelaram-se, no Forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa sublevação, alguns oficiais foram mortos e outros foram presos pelas forças do governo.

O fracasso do movimento não fez cessar as pretensões dos tenentes, que em 1924 planejaram um conjunto de revoltas em todo o País. Nesse mesmo ano, iniciou-se uma revolta em São Paulo, mas não houve sucesso. Posteriormente, tenentistas paulistas e gaúchos se uniram para formar a Coluna Prestes-Miguel Costa.

Seu objetivo era propagar uma revolução, propondo à população que lutasse por reformas políticas e sociais contra a exploração por parte da oligarquia que dominava o poder. Entre 1925 e 1927, aproximadamente mil homens viajaram por mais de 25 mil quilômetros utilizando táticas de guerrilha para estimular a revolução, conseguindo, assim, fragilizar o governo oligárquico.

Os tenentes contribuíram para que a crítica e a oposição à oligarquia no poder se ampliasse. Além disso, no final da década de 1920, vários aspectos fizeram com que a 1ª República entrasse em crise, abrindo espaço para transformações ainda mais profundas.

Havia, inicialmente, um descontentamento por parte das oligarquias dos outros Estados, que não se viam beneficiadas por um governo que tinha como principal objetivo atender às demandas da cafeicultura. Além disso, mesmo dentro da oligarquia cafeeira ocorriam disputas internas.

Em 1929, o presidente Washington Luís, que era paulista, indicou um candidato à sua sucessão que não agradou aos aliados mineiros, causando uma cisão na chamada política do café com leite, que propunha um candidato de consenso entre as duas oligarquias. Nesse contexto, os oligarcas mineiros se aliaram aos gaúchos e paraibanos, formando a Aliança Liberal, e lançaram Getúlio Vargas como candidato em oposição ao dos paulistas, que era Júlio Prestes.

Em sua campanha, a Aliança Liberal afirmava que governaria para todos os brasileiros e não só para os cafeicultores. Seus integrantes propunham a criação de alguns mecanismos de proteção aos trabalhadores, como lei de férias e regulamentação do trabalho de menores de idade.

As eleições foram vencidas por Júlio Prestes, mas o seu resultado foi contestado pela Aliança Liberal, que alegava corrupção eleitoral.

A situação da oligarquia tornava-se ainda mais difícil com a crise econômica que assolava o País desde a quebra da bolsa de Nova Iorque (EUA), em 1929, assunto estudado na Unidade 1. Com isso, os preços do café despencaram no mercado internacional, uma vez que ele era comercializado na bolsa estadunidense. Em meio a essa crise, os cafeicultores reivindicavam maiores subsídios, enquanto o governo temia os efeitos negativos que tais medidas poderiam ter em ano eleitoral, já que a oligarquia estava sob forte crítica.

Com o País em crise, a Aliança Liberal, que questionava o resultado das eleições, aliou-se aos tenentes para criar uma frente de luta contra a oligarquia que se mantinha no poder. Em julho de 1930, ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Embora as razões do crime estivessem relacionadas a conflitos locais, o fato foi utilizado para ampliar a ação contra o governo oligárquico. Definiu-se por uma intervenção militar que impedisse a posse de Júlio Prestes. Os revoltosos conseguiram controlar os governos da Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, por fim, forçaram a deposição do presidente Washington Luís, que já não tinha apoio suficiente para governar.

Assim, em outubro de 1930, o candidato derrotado nas eleições de 1929, Getúlio Vargas, tomou o poder no Rio de Janeiro. Encerrava-se a 1ª República e o período de predomínio dos cafeicultores na política brasileira.

Tinha início a Era Vargas, que se estendeu até 1945.



Getúlio Vargas (ao centro), no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, logo após a Revolução de 1930.







## TEMAS

1. O mundo em guerra novamente
2. A Era Vargas
3. A Guerra Fria

## Introdução

Nesta Unidade 3, você estudará como e por que a Europa foi, poucos anos depois da enorme destruição causada pela 1ª Guerra, palco de mais uma gigantesca guerra: a 2ª Guerra Mundial. Serão estudadas as causas e as consequências sociais, econômicas e políticas dessa guerra, deixando claro que as questões que motivaram os países a se envolverem na 1ª Guerra ainda não tinham sido resolvidas.

Enquanto as tensões mundiais cresciam, no Brasil uma nova etapa da história se iniciava. Uma sucessão de novidades nos campos econômico, político e social transformaram o País, como a intensificação da industrialização e do crescimento urbano, o fim da política do café com leite, o surgimento de novos atores políticos, a reivindicação e a conquista de direitos, entre outras. Foi o período conhecido como Era Vargas.

Logo após a 2ª Guerra Mundial, teve início uma disputa pela hegemonia mundial, isto é, pelo controle econômico, político e ideológico do mundo, com base em dois projetos opostos: o capitalismo e o socialismo. Era o início da chamada Guerra Fria, protagonizada por duas superpotências: Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

### O mundo em guerra novamente **TEMA 1**

Pouco tempo depois de terminada a 1ª Guerra Mundial, a Europa entrou novamente em um conflito de grandes proporções. Alguns historiadores, como Eric Hobsbawm, consideram todo o intervalo que vai de 1914 até 1945 como parte de um mesmo processo, marcado por essas duas grandes guerras.

## O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já leu algum livro ou assistiu a algum filme em que a história se passa na 2ª Guerra Mundial? E sobre Hitler e o nazismo, você já ouviu falar? Nas linhas a seguir, registre o que você sabe sobre esses assuntos.

---

---

---

---

---

### A formação do fascismo e do nazismo

A assinatura do Tratado de Versalhes (1919) e os demais acordos estabelecidos para alcançar a paz com o fim da 1ª Guerra Mundial não conseguiram evitar o surgimento de novas disputas entre as principais potências político-econômicas da época.

No início da década de 1920, os problemas econômicos e sociais enfrentados pela Europa geraram uma grande instabilidade política em diversos países, entre os quais, a Itália. Os italianos haviam saído da guerra abalados, com um saldo de centenas de milhares de mortos, a economia desestabilizada e a população empobrecida. Essa tensão social fortaleceu projetos políticos radicais, como o **fascismo**.

Em 1921, foi fundado, sob a liderança de Benito Mussolini, o Partido Nacional Fascista, que defendia o nacionalismo e combatia o comunismo e a democracia. Os fascistas recebiam apoio da classe média italiana e de setores conservadores e pretendiam acabar com a influência política que os socialistas exerciam em diversos âmbitos da sociedade italiana.

Em 1927, foi publicada a *Carta del Lavoro* (“Carta do Trabalho”), que apresentava os princípios da doutrina de Mussolini. A Carta estava inserida em uma política interna dos fascistas de tentar conter o avanço do comunismo italiano. Setores conservadores enxergavam no Partido Comunista e no movimento operário organizado uma ameaça aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político e moral, o comunismo era visto como uma afronta à Igreja e outras instituições conservadoras. Além disso, a Carta defendia o princípio do corporativismo, segundo o qual cabia ao Estado regulamentar as relações entre trabalhadores e empresários, bem como a atividade sindical dos trabalhadores.

Enquanto Benito Mussolini, o *Duce* (“chefe”, em italiano), chegava ao poder na Itália fascista e formava um governo nacionalista e extremamente autoritário, na Alemanha ocorria o fortalecimento do **nazismo**.

Com a derrota da Alemanha na 1ª Guerra, o país mergulhou em uma grave crise social, econômica e política. O aumento assustador do desemprego, a inflação e a desvalorização da moeda (o marco alemão) levaram a população à miséria.

A situação política alemã estava dividida entre partidos de posições ideológicas bem diversas. Havia os conservadores, do Partido Nacional Alemão e do Partido Popular Alemão; ao centro, havia o Partido Social-Democrata Alemão e um partido dissidente; e à esquerda, o Partido Comunista Alemão. Com o fim do império, organizou-se um governo parlamentarista social-democrata, chamado de República de Weimar (1919-1933).

Nesse contexto, foi fundado em 1920 um novo partido, de extrema-direita, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, também conhecido como **Partido Nazista**, termo originário da abreviação da palavra alemã *Nationalsozialist* (em português, “nacional-socialista”).

Em 1921, a liderança do partido foi assumida por Adolf Hitler, ex-cabo do exército na 1ª Guerra. Com ele, o discurso partidário passou a ser mais extremado e revanquista. Apoiados pelo discurso extremamente nacionalista, os nazistas defendiam a superioridade da raça ariana (supostos ancestrais brancos dos alemães) e o **antisemitismo** (perseguição aos judeus), eram contra as instituições democráticas e liberais, combatiam o comunismo e apoiavam o expansionismo militar alemão.

O Partido Nazista foi visto por muitos alemães como um caminho para a recuperação da estabilidade econômica nacional e, por combater o comunismo, foi fortemente apoiado pela burguesia alemã na época, que temia uma revolução social tal como ocorrera na Rússia. Em 1933, Hitler foi escolhido primeiro-ministro pelo presidente Paul von Hindenburg, e sua ascensão ao poder consolidou-se no ano seguinte, quando se tornou a autoridade máxima da Alemanha, o *Führer* (“líder”, em alemão).

A crise econômica na Alemanha, causada pelos altos custos de guerra que o país tinha de pagar, e que haviam sido estabelecidos pelo Tratado de Versalhes, enfraqueceu o liberalismo e a livre concorrência, estimulando a intervenção do Estado em diversos setores da economia. Além disso, a situação do país foi agravada pela crise capitalista de 1929, que afetou diretamente a vida dos trabalhadores, aumentou o desemprego, contribuiu para a desindustrialização e provocou a fragilização da democracia liberal alemã.

Quando Hitler chegou ao poder, assumiu o controle de diversos setores da economia, incentivou as indústrias de base e de armas, dinamizou o comércio e o

fomento à indústria, controlada pelo Estado, aumentou o nível de emprego e estimulou o crescimento econômico.

Tanto os nazistas como os fascistas utilizaram uma intensa propaganda, para garantir o amplo apoio das massas. O apelo à família, à pátria e à prosperidade foi usado para reunir diferentes setores sociais. O Estado foi implacável e passou a vigiar, perseguir e prender pessoas consideradas subversivas, isto é, que questionavam o governo. Protestos foram proibidos. Manifestações públicas só eram toleradas se prestassem reverência. Sindicatos e associações de classe foram atrelados à burocracia do Estado. Nos primeiros anos do nazifascismo na Alemanha e na Itália, centenas de opositores dos dois regimes foram presos e mortos.



### FICA A DICA!

O filme *A onda* (direção de Dennis Gansel, 2008) conta a história de um professor que precisa dar aulas sobre governos autoritários para estudantes do Ensino Médio. Ele propõe uma série de atividades e experiências com os estudantes, semelhantes ao que foi feito com o povo alemão pelo Partido Nazista nas décadas de 1930 e 1940. Porém, essa experiência pedagógica sai de controle, e o movimento se espalha, formando um grande grupo de jovens com comportamentos muito parecidos com os dos nazistas. O filme permite entender o processo de manipulação política e ideológica que pôde, e ainda pode, levar uma nação a aderir ao autoritarismo.

### ASSISTA!

#### História – Ensino Fundamental Anos Finais – Volume 3

##### *O fascismo e o nazismo*

O vídeo aborda as condições que favoreceram a ascensão do fascismo e do nazismo após a 1ª Guerra Mundial. Ele mostra como esses sistemas totalitários estão relacionados, entre outros fatores, à crise do capitalismo, ao nacionalismo e à crise econômica que se abateu sobre os países no período do entreguerras, com desemprego e falências.

## ATIVIDADE

### 1

## Crise econômica e ascensão do nazifascismo

Retome o texto *A formação do fascismo e do nazismo* e responda: Em que medida a crise econômica alemã está relacionada à ascensão do nazismo na Alemanha, no início da década de 1930?

---

---

---

---

---

## 2ª Guerra Mundial

Comandados pelo líder Adolf Hitler, os alemães iniciaram em 1938 a sua expansão, invadindo e anexando a Áustria e a Tchecoslováquia (cujo território hoje encontra-se dividido entre República Tcheca e Eslováquia). Em setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia. Como resposta, a França e a Grã-Bretanha declararam guerra aos nazistas – era o início da 2ª Guerra Mundial.

A Alemanha nazista e seus aliados conquistaram outras regiões da Europa, como a Noruega, a Bélgica, a Iugoslávia (que corresponde hoje a vários países no sudeste da Europa) e a Grécia, além de parte da França, que só foi desocupada em 1944. No caso da França, a parte não ocupada pelos alemães passou a ser governada pelo marechal Henri Philippe Pétain, que colaborava com os nazistas.

Os interesses de expansão econômica e territorial da Alemanha, da Itália e do Japão, que haviam motivado esses países a participar da 1ª Guerra, não haviam sido contemplados. Por isso, eles se uniram em prol desses mesmos interesses na 2ª Guerra. É nesse sentido que a 2ª Guerra Mundial pode ser explicada como uma continuação da primeira, pois ela ainda era uma guerra imperialista. Assim, os países se articularam e se organizaram em dois blocos antagônicos: de um lado, o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão; de outro, os Aliados, com França, Grã-Bretanha e, poucos anos depois, URSS e EUA.

Em 1941, as tropas alemãs atacaram a URSS, quebrando um pacto de não agressão assinado em 23 de agosto de 1939. Esse pacto foi um acordo entre Hitler e Stálin, com o objetivo de garantir a ambas conquistas territoriais na Europa Oriental sem que precisassem se enfrentar. No entanto, os alemães tinham outros objetivos. Hitler pretendia ocupar Moscou e destruir o comunismo soviético, sistema visto pelos alemães como uma ameaça à expansão nazista no Leste Europeu.

Os conflitos se desenvolveram ao longo dos anos, com avanços das tropas nazistas seguidos de reações das tropas aliadas. Os alemães sofreram uma expressiva derrota contra os russos, na Batalha de Stalingrado. Após dois anos de conflito pelo controle da cidade, entre 1942 e 1943, os nazistas foram vencidos pelas tropas soviéticas, que assumiram a ofensiva e determinaram a derrota alemã nos anos seguintes.



Exército soviético resiste à invasão da cidade de Stalingrado (hoje Volgograd, na Rússia) pelas tropas nazistas, em 1942.

A entrada dos EUA na guerra, em 9 de dezembro de 1941, fortaleceu as tropas aliadas contra os países do Eixo. É importante destacar que não houve combates em território estadunidense, exceto o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, no Oceano Pacífico, em 7 de dezembro de 1941, que levou os EUA a declarar guerra ao Eixo. Com seu território preservado, após a guerra os EUA não precisaram investir na reconstrução do país, o que permitiu que os recursos financeiros fossem direcionados para seus aliados na Europa.

Com o ingresso dos EUA na guerra, sua indústria bélica passou a funcionar a todo o vapor, beneficiando economicamente o país. O fornecimento de armamentos poderosos favoreceu a vitória dos Aliados. Por meio da chamada “Política da Boa Vizinhança”, o governo do presidente Franklin Roosevelt conclamou vários países do continente americano a aderir ao esforço de guerra, incluindo o Brasil.

Com o objetivo de libertar a capital francesa, ocupada pelos nazistas desde 1940, desembarcou nas praias da Normandia (norte da França), no dia 6 de junho de 1944, um grande contingente de soldados, acompanhados de milhares de aviões e navios. Essa data ficou conhecida como o **Dia D** e foi decisiva para o desfecho dos conflitos na Europa.

Nos meses seguintes, várias cidades alemãs foram bombardeadas, destruídas e tomadas pelos Aliados. Na Itália, os fascistas perderam o poder, com a captura de Mussolini e seu fuzilamento pelas tropas de resistência italianas, em abril de 1945. Nesse mesmo mês, tropas soviéticas cercaram Berlim, capital alemã e centro das operações militares dos nazistas. Em maio do mesmo ano, logo após o suicídio de Hitler, os nazistas anunciaram sua rendição. A guerra terminava na Europa.

© The Granger Collection/Clow Images



Tropas desembarcaram na Normandia no dia 6 de junho de 1944, o chamado Dia D, trazendo suprimentos e reforços em navios, lanchas, dirigíveis e caminhões.

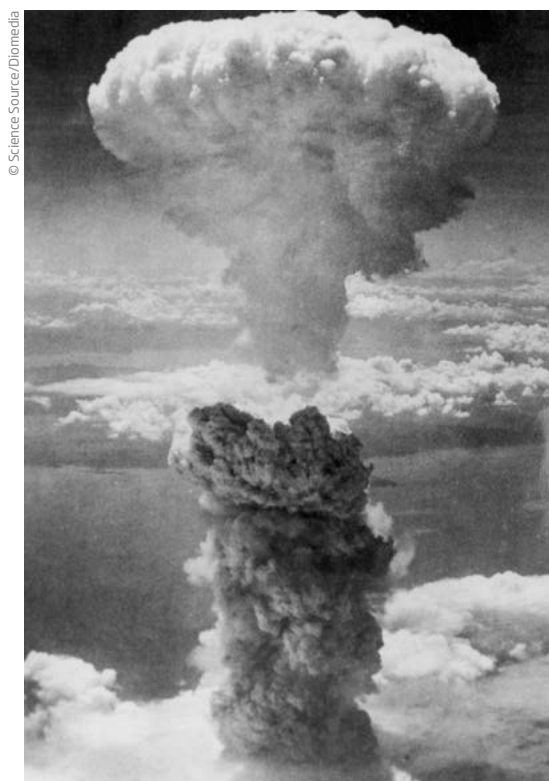


### VOCÊ SABIA?

Os brasileiros também lutaram na 2ª Guerra Mundial. Para que o governo brasileiro combatesse ao lado das tropas aliadas, os EUA ofereceram uma contrapartida: recursos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Em julho de 1944, as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta de milhares de soldados, partiram rumo à Europa e lutaram principalmente na Itália.



No entanto, os conflitos ainda continuaram no Oriente. As pretensões expansionistas japonesas ameaçavam o poder das potências ocidentais em suas áreas coloniais. Depois de anos de conflitos nas ilhas do Pacífico, para pôr fim à ameaça japonesa e sob o pretexto de encerrar a guerra, os EUA fizeram uso pela primeira vez de uma arma nuclear. Lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, que mataram de imediato mais de 100 mil pessoas (cf. ARAUJO, Braz. Hiroshima e Nagasaki: paradoxos da estratégia. *Revista USP*, n. 26, São Paulo, jun./ago. 1995, p. 76). As cidades atacadas ficaram praticamente em ruínas, e o imperador Hirohito anunciou a rendição do Japão. Chegava ao fim a 2ª Guerra Mundial, com um saldo total estimado de aproximadamente 50 milhões de mortos, entre civis e militares.



À esquerda, explosão da bomba atômica lançada pelos EUA em Nagasaki, no Japão. À direita, a cidade japonesa de Hiroshima aparece arrasada após o ataque atômico realizado pelos estadunidenses. Há historiadores que acreditam que o objetivo dos EUA ao lançar essas bombas não era a vitória sobre os japoneses, que já perdiam a guerra, mas sim enviar uma mensagem intimidadora aos soviéticos, de que os EUA não permitiriam o avanço do comunismo.

Para substituir a Liga das Nações, criada ao final da 1ª Guerra, foi fundada em outubro de 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), reunindo representantes de dezenas de países. O objetivo era encontrar uma forma de manter a paz entre as nações, criando tratados e acordos diplomáticos e impedindo novas guerras mundiais. Com sede em Nova Iorque (EUA), a ONU continua atuando nesse sentido, ainda que ela não consiga resolver alguns conflitos contemporâneos.



## FICA A DICA!

Os filmes sugeridos a seguir podem ajudá-lo a ampliar sua compreensão sobre a temática:

O filme *A lista de Schindler* (direção de Steven Spielberg, 1993) é baseado em fatos reais e conta a história do empresário Oskar Schindler, que recrutava prisioneiros judeus para trabalhar em sua indústria, agindo contra as práticas nazistas de extermínio racial.

*Stalingrado: a batalha final* (direção de Joseph Vilsmaier, 1993) aborda os sangrentos conflitos entre as tropas nazistas e as soviéticas na cidade de Stalingrado.

Outra sugestão é o documentário *Senta a pua!* (direção de Erik de Castro, 1999) sobre a atuação do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira na 2ª Guerra Mundial.

## MOMENTO CIDADANIA



O Holocausto foi o genocídio de mais de 6 milhões de judeus, durante a 2ª Guerra Mundial, realizado por ordem do Estado nazista. A ideologia nazista defendia a construção de uma Alemanha “pura”, com base em uma suposta superioridade racial, portanto, era preciso eliminar os que não fossem considerados arianos. A perseguição aos judeus fez surgir as “fábricas da morte”, campos de concentração e extermínio construídos em várias cidades ocupadas pelos nazistas, para os quais os judeus eram levados. A maior parte dos judeus aprisionados nesses campos foi morta em câmaras de gás e enterrada em valas comuns. O maior campo de concentração foi o de Auschwitz, na Polônia, no qual se estima ter morrido aproximadamente 1 milhão de pessoas (cf. Museu Estadunidense Memorial do Holocausto. *Enciclopédia do Holocausto*. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005151>>. Acesso em: 25 set. 2014). Além de judeus, no Holocausto também morreram ciganos, soviéticos, comunistas e outros inimigos políticos, homossexuais, doentes mentais, eslavos e pacifistas. Atualmente, nas ruínas do campo funciona o Museu Estatal de Auschwitz-Birkenau, em homenagem às vítimas do nazismo. Segundo os organizadores, a melhor forma de não repetir essa tragédia é não deixar que as gerações seguintes esqueçam o que aconteceu.

Aqui no Brasil, a Lei Federal nº 9.459, de 13 de maio de 1997, define como crime atos resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Segundo seu artigo 20, parágrafo 1º, é crime punido com pena de reclusão:

Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.





Como você viu na Unidade 2 deste Volume, no final da década de 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo, após uma conflituosa disputa política que apontava para o choque entre projetos políticos diferentes no Brasil. Ao assumir o poder, Vargas promoveu um conjunto de reformas econômicas e políticas que marcariam para sempre a história do Brasil, principalmente no mundo do trabalho.

Estudar esse período é o objetivo deste tema.

## O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar do governo de Getúlio Vargas? Provavelmente conhece alguns de seus legados ao Brasil, como a CLT, a Petrobras, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), entre outros. Nas linhas a seguir, registre o que você sabe sobre esse assunto.

---

---

---

---

---

## Ascensão de Getúlio e os novos rumos do Brasil

Depois que Vargas assumiu o poder, um de seus primeiros objetivos foi aumentar o poder de decisão do governo federal, limitando o poder dos Estados e reduzindo a influência das oligarquias locais. Para tanto, foram nomeados interventores nos Estados, indicados pelo presidente. Com isso, o governante estadual passava a ser um subordinado direto do governo federal.

Esse processo relaciona-se também com o fortalecimento do processo de industrialização em detrimento da atividade agrícola, em especial a cafeicultura. A partir da crise do café em 1929, e sua queda no mercado internacional, o capital industrial começou a ganhar cada vez mais força na economia nacional, ainda que o País continuasse dependente das atividades agrárias voltadas para a exportação.

Após 1930, Getúlio Vargas preocupou-se em estimular a diversificação econômica do País. A fim de não depender de uma economia baseada na monocultura, ele defendeu a expansão de outras culturas agrícolas, a ampliação do setor de transportes e a implementação de condições infraestruturais para o desenvolvimento industrial.

Com relação à cafeicultura, o governo assumiu o controle dessa atividade econômica, que estava em crise desde 1929 por causa da redução do preço e do mercado consumidor. O governo federal não só comprou parte dos estoques como promoveu a queima deles para sustentar o preço do café no mercado internacional.

Retomando as promessas de campanha da Aliança Liberal, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, que tinha como finalidade desenvolver a indústria no País e criar uma legislação de proteção ao trabalhador, embora reprimisse duramente os movimentos reivindicatórios e as organizações do movimento operário. Começava a se desenhar o que seria a tônica do governo Vargas: se, de um lado, o governo adotava uma lógica de proteção e criação de benefícios para o trabalhador, por outro, assumia uma postura autoritária, reprimindo os movimentos dos trabalhadores se contrários às suas orientações.

Nos primeiros anos do governo Vargas, foi criada a carteira profissional e foram tomadas medidas no sentido de regulamentar a jornada de trabalho. Foram criados também os institutos de aposentadoria e pensões, as indenizações por demissão sem justa causa e o seguro em caso de acidente de trabalho.

Em 1932, em oposição a Vargas, ocorreu a chamada Revolução Constitucionalista, em São Paulo. A elite paulista derrotada por Vargas não aceitava o centralismo do governo federal e a limitação da autonomia política. Diferentes grupos políticos paulistas, dos mais progressivos aos mais conservadores, defendiam a saída de Vargas e a aprovação de uma nova Constituição para o País. A elite econômica paulista via também com desconfiança a nova estratégia econômica, que não colocava a cafeicultura no centro dos investimentos do governo. Em 1931, os paulistas se rebelaram contra a nomeação de um interventor em São Paulo que não tinha qualquer afinidade com a orientação política dos cafeicultores do Estado. Em março de 1932, São Paulo rompeu com o governo federal e decidiu apelar para uma solução armada. O conflito se iniciou em 9 de julho de 1932 e tinha como objetivo um ataque relâmpago à sede do governo federal, obrigando Vargas a deixar o cargo. O plano fracassou devido à frágil formação militar dos paulistas, que também não tiveram apoio dos outros Estados.

Apesar da derrota, ao término do conflito um novo interventor foi nomeado para o Estado, e o governo definiu-se pela criação de uma Assembleia Constituinte. O resultado foi a Constituição de 1934, que confirmou a ampliação dos poderes do governo federal adotada no Governo Provisório e restringiu o poder dos governos estaduais. Foi criada também a Justiça Eleitoral, para impedir as fraudes nas eleições, e a Justiça do Trabalho, que deveria realizar a proteção do trabalhador. Definiram-se a existência

de um salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e o direito a férias remuneradas. Ficou proibido o trabalho para menores de 14 anos. Também garantiu-se o direito ao voto feminino, que já tinha sido estabelecido em 1932 com a criação do Código Eleitoral, mas ainda não estava no texto constitucional.

Inspirado no que acontecia no fascismo italiano, o Estado varguista se colocou como mediador das relações entre capital e trabalho. Ele deveria intermediar os interesses de trabalhadores e empresários, evitando o conflito.

O momento vivido em todo o mundo era de muita tensão, devido à crise do liberalismo e ao fortalecimento do nazifascismo na Europa. Vargas foi acusado de simpatizar com as propostas dos líderes italianos e alemães. No Brasil, instalou-se um movimento de caráter nazifascista denominado integralismo. Ao mesmo tempo, crescia a força dos comunistas, que tinham como uma de suas lideranças o ex-tenente Luís Carlos Prestes.

Em 1935, os comunistas planejaram o que ficou conhecido como Intentona Comunista. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que fornecia as diretrizes de ação para os trabalhadores e comunistas em vários países, definiu que aquele seria um momento propício para o desencadeamento de uma revolução comunista no Brasil. A estratégia de luta envolvia a mobilização de militares em Natal (RN), Recife (PE) e no Rio de Janeiro. Mas a falta de coordenação do movimento, com lideranças separadas por grandes distâncias, facilitou a reação do governo. Vários rebeldes foram presos, incluindo Prestes.

Vargas utilizou o suposto avanço comunista e a presença dos integralistas como pretexto para decretar estado de sítio, ou seja, ampliar os poderes do governo federal em situação de risco. Com isso, poderia empreender maior vigilância e agir para que seus inimigos perdessem força.

Em 1938, haveria eleições presidenciais, mas antes disso, em 1937, Vargas articulou um golpe de Estado. O pretexto para o golpe veio da existência do suposto Plano Cohen: um plano a ser executado para um novo levante comunista. Na verdade, tratava-se de um documento forjado pelos militares, que seria utilizado como justificativa para o golpe que se arquitetava. Desse modo, o Congresso Nacional definiu que o País estaria em estado de guerra e foram suspensas as garantias constitucionais dos cidadãos. Getúlio anunciou que uma nova Constituição seria elaborada e que, a partir daquele momento, o Poder Executivo seria muito mais forte, colocando o País sob ditadura. Iniciava-se, assim, o período que ficou conhecido como Estado Novo. Durante esse período, não haveria eleições para o Poder Legislativo nem para governadores.

Além da perseguição aos seus inimigos políticos, foi criado por Vargas o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por meio desse órgão, toda produção cultural e jornalística seria controlada pelo governo.

Ainda no Estado Novo foram criadas as chamadas leis trabalhistas, organizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), lançada em 1943. Tratava-se de uma legislação que sistematizava o conjunto de leis já criadas em relação ao trabalho desde 1930. Confirmava a existência de um salário mínimo no País, direitos como férias remuneradas e jornada de trabalho máxima de 48 horas semanais. Os sindicatos permaneceriam sob o controle e a tutela do Estado por meio do Ministério do Trabalho. O Estado colocava-se no papel de defensor dos direitos do trabalhador, não sendo, em contrapartida, admitida nenhuma organização autônoma dos trabalhadores; todos deveriam seguir as regras definidas pelo governo.

Em 1942, o Brasil entrou na 2ª Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Isso parecia contraditório, uma vez que Vargas indicava estar sempre mais próximo do eixo nazifascista. No entanto, depois de muitas negociações, que incluíam investimentos no Brasil, especialmente a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, no Rio de Janeiro, o governo decidiu se aliar aos EUA.

Durante o conflito, houve um forte estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que se tornou mais difícil importar bens manufaturados dos países em guerra. Com isso, parte da produção industrial foi destinada a esses países ou, ainda, a outros países que ficaram sem receber as mercadorias europeias e estadunidenses, abrindo uma brecha para a penetração de novos fornecedores.

A partir de 1943, iniciou-se no Brasil um movimento político contrário à permanência de Vargas no poder. Nesse ano, foi lançado o Manifesto dos Mineiros, que condenava o regime ditatorial. Houve também mobilização estudantil pela volta da democracia. Em meio à pressão política, Vargas definiu que haveria eleições presidenciais em 1945. Ao mesmo tempo, porém, alguns aliados estimularam a criação do movimento queremista, que tinha como lema “Queremos Getúlio”. Temendo novas tentativas de Vargas de permanecer no poder, a oposição articulou um golpe de Estado que o depôs, terminando, em outubro de 1945, com o Estado Novo.



### FICA A DICA!

Você pode assistir a entrevista gravada com o historiador Boris Fausto, sobre a Revolução de 1930, acessando o site do CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/ecos>>. Acesso em: 25 set. 2014.





Durante o Estado Novo, foi construída uma imagem pública de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”. A imagem teria origem no fato de que Vargas teria sido o responsável pela proteção dos trabalhadores, uma vez que foi o criador das novas leis trabalhistas. Mas em que medida ele poderia ser chamado de “pai dos pobres” se, ao mesmo tempo que concedia benefícios aos trabalhadores, reprimia aqueles que se opunham ao governo? Se não havia liberdade de expressão e qualquer ato contrário ao governo poderia ser punido? Além disso, deve-se refletir se a concessão de benefícios aos trabalhadores não foi também mérito dos próprios operários organizados que lutaram várias décadas para obter direitos.



© Acervo Arquivo Nacional



© Acervo Iconographia/Reminiscências

Manifestações operárias no Rio de Janeiro (1941) e em São Paulo (1944), em apoio ao presidente Vargas, por ocasião da comemoração do 1º de Maio, Dia do Trabalho.



O que significa ser cidadão em um governo ditatorial? No Estado Novo, por exemplo, os direitos dos cidadãos foram suspensos, ou seja, o governo se colocou no direito de investigar, prender e torturar todos os cidadãos que fossem contrários às suas orientações. Luís Carlos Prestes foi um desses casos. Comunista que se opôs a Vargas, ele foi preso em 1936, só tendo sido libertado após a deposição de Getúlio.

Em governos ditatoriais, muitas vezes ser cidadão significa se opor ao governo. Isso aconteceu em 1943, ano em que foi lançado o *Manifesto dos Mineiros*, que defendia a redemocratização do País.

**ATIVIDADE 1** O período Vargas

**1** Explique de que maneira o governo Vargas conseguiu romper com a forma de organização política vigente na 1ª República.

---

---

---

---

---

---

---

**2** O que mudou nos direitos do trabalhador com a Consolidação das Leis do Trabalho, implementada em 1943, durante o Estado Novo?

---

---

---

---

---

---

---

**DESAFIO**

Fugindo à luta de classes, a nossa organização sindical tem sido um instrumento de harmonia e de cooperação entre o capital e o trabalho. Não se limitou a um sindicalismo puramente “operário”, que conduziria certamente a luta contra o “patrão”, como aconteceu com outros povos.

FALCÃO, W. Cartas sindicais. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, 10 (85), set. 1941 (adaptado).

Nesse documento oficial, à época do Estado Novo (1937-1945), é apresentada uma concepção de organização sindical que

- a) elimina os conflitos no ambiente das fábricas.
- b) limita os direitos associativos do segmento patronal.
- c) orienta a busca do consenso entre trabalhadores e patrões.
- d) proíbe o registro de estrangeiros nas entidades profissionais do país.
- e) desobriga o Estado quanto aos direitos e deveres da classe trabalhadora.



Às vésperas do fim da 2ª Guerra Mundial, os EUA demonstraram ao mundo que dominavam a tecnologia nuclear, ao lançarem a bomba atômica sobre o Japão, em 1945. Para alguns analistas essa foi uma atitude de demonstração de força diante de um inimigo que estava prestes a surgir.

Quatro anos depois, os soviéticos anunciaram a aquisição da bomba e iniciaram a formação de um forte arsenal nuclear. Em pouco tempo, Grã-Bretanha, França e China também ingressaram na corrida armamentista. O risco de uma “destruição mútua” parecia cada vez mais iminente.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

O que você conhece sobre o tema da Guerra Fria? Sabe o que essa denominação significa? Já assistiu a filmes como vários da série 007, sobre a espionagem entre países capitalistas e a URSS? Registre o que você conhece sobre o tema nas linhas a seguir.

---

---

---

---

---



### Modelos opostos de mundo

O fim da 2ª Guerra Mundial foi imediatamente marcado por uma nova política bipolar que seria centrada, durante décadas, em torno de dois grandes polos de poder: EUA e URSS. De um lado, os EUA defendiam o capitalismo, argumentando ser o sistema que melhor representava os valores democráticos e os princípios da liberdade econômica. Do outro lado, a URSS defendia que a estratégia socialista era a única resposta ao domínio da crescente burguesia internacional e a solução para os problemas gerados pela desigualdade social e pelas contradições do capitalismo.

A região que melhor representou a divisão e o embate entre as duas ideologias foi a Europa. Essa rivalidade começou ainda sobre os destroços da Alemanha derrotada e com a divisão de seu território em quatro zonas de ocupação. Três zonas, administradas cada uma por EUA, Grã-Bretanha e França, formaram a Alemanha Ocidental, que era capitalista. A zona administrada pela URSS tornou-se a Alemanha Oriental, que seguia o socialismo.

Os EUA, para aumentarem sua influência na Alemanha Ocidental e em outros países da Europa, adotaram uma política de ajuda econômica: o Plano Marshall. O objetivo do plano era enviar bilhões de dólares para reconstruir e revitalizar a economia dos países aliados.

A Alemanha dividida ficou no centro das tensões entre capitalismo e socialismo, tornando-se uma vitrine dos dois modelos para o mundo. Enquanto o lado capitalista exaltava o progresso, o consumo, o livre mercado e a liberdade de expressão, os socialistas do leste alemão mostravam o crescimento industrial em torno de uma economia planejada, ou seja, exaltavam um modelo no qual o Estado controlava os meios de produção e estabelecia metas do que e como produzir. A propaganda de ambos mostrava trabalhadores felizes dos dois lados.



Fábrica de motos em Zschopau, na Alemanha Oriental, em 1971.

O bloqueio de Berlim foi determinante para a criação de uma Organização de Defesa Militar por parte da Europa ocidental. Porém, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Grã-Bretanha, países que formavam a organização, acreditavam que a participação

dos EUA era inevitável, uma vez que esses países não conseguiriam enfrentar o poderio militar soviético. Assim, em 1949, foi criada, em Washington, capital dos EUA, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que mais tarde contaria com a participação de outros países.

Em resposta, em 1955 foi assinado o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar composta pela URSS e por países socialistas do Leste Europeu, conhecidos à época, pelas nações ocidentais, como os países da Cortina de Ferro. O tratado assinado em Varsóvia, capital da Polônia, determinava o alinhamento, o compromisso e a ajuda mútua entre os países-membros. Após firmar essa aliança, a URSS manteve um rígido controle político sobre o lado oriental alemão e os países socialistas do Leste Europeu, além de incitar processos revolucionários em todos os continentes, com o objetivo de expandir o comunismo pelo mundo.

Em 13 de agosto de 1961, o governo socialista alemão, com receio da ampliação dos conflitos sociais e do crescimento incontornável do fluxo de pessoas para a Alemanha Ocidental, decidiu construir uma estrutura de concreto que atravessava a cidade de Berlim. O muro passou a simbolizar, de fato, a divisão entre ocidente e oriente europeus. A divisão do país representou um dos marcos da Guerra Fria.

Contudo, havia muitas contradições entre a ideologia defendida e a política praticada por cada uma dessas superpotências. O governo estadunidense, que se autoproclamava defensor de valores democráticos, fomentou, por meio dos serviços de espionagem, a investigação e a devassa da vida de milhares de cidadãos estadunidenses ou de estrangeiros que viviam no país, acusando-os de comunistas ou simpatizantes.

Essa política, liderada pelo senador republicano Joseph McCarthy, ficou conhecida por macarthismo e foi responsável pela criação de um clima de delação, histeria e perseguição política em vários setores. Dezenas de artistas, intelectuais, professores, jornalistas e sindicalistas foram presos, processados ou perderam seus empregos durante a década de 1950. O Partido Comunista estadunidense foi perseguido. Na política externa, em nome da manutenção de suas áreas de influência e para combater possíveis revoluções comunistas, o governo dos EUA concedeu apoio político e econômico a diversos regimes autoritários em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, no Chile e na Argentina, entre as décadas de 1960 e 1980, período das ditaduras latino-americanas.

O governo soviético, ao mesmo tempo que defendia a igualdade social e a restrição da propriedade privada, era representado por uma elite luxuosa que se

organizava em torno do Partido Comunista, o único partido permitido no país. Enquanto isso, a população era obrigada a seguir um regime centralizado e autoritário, que impunha com mão de ferro o controle pelo partido.

Qualquer oposição à política vigente era considerada traição e passível de julgamento, prisão e execução. Entre os anos 1930 e 1950, milhares de soviéticos de várias repúblicas que formavam o país foram enviados para prisões ou deportados para campos de trabalho forçado na Sibéria. Trabalhadores do campo foram obrigados a migrar para as cidades industriais, e intelectuais passaram a desempenhar trabalhos em minas de carvão.

Embora houvesse grande tensão militar entre os lados capitalista e socialista, nunca houve um enfrentamento militar entre EUA e URSS. A diplomacia desses dois países, visando à ampliação de suas áreas de influência, passou a traçar e reordenar novas alianças de cooperação política, econômica e militar em todo o mundo, como o apoio concedido a movimentos ocorridos na Europa, Ásia, África e América Latina.

Em Cuba, por exemplo, após a tomada do poder em 1959, a revolução de orientação socialista liderada por Fidel Castro e Che Guevara enfrentou uma série de dificuldades, em decorrência do fracasso das primeiras medidas de estatização da produção agrícola. Por isso, em meados da década de 1960, o governo revolucionário aceitou a ajuda econômica soviética e entrou na zona de influência de Moscou.

A experiência do socialismo cubano, que avançava na execução de políticas sociais, como saúde e educação, e que combateu com eficiência o imperialismo dos EUA, serviu de inspiração para o surgimento de vários movimentos revolucionários nas Américas Central e do Sul.



Cartaz soviético de 1920, criado por Nikolai Kogout, que enaltece o trabalho dos operários como maneira digna de ganhar a vida. O texto diz: "Destruímos nosso inimigo com armas, ganharemos nosso pão com trabalho. Camaradas, arregacem as mangas para trabalhar!".

O alcance dessa estratégia chegou à África, no momento em que a política externa da URSS passou a apoiar movimentos de libertação e independência das ex-colônias europeias, a exemplo de Argélia, Angola e Moçambique, nos anos 1960 e 1970. O mesmo ocorreu na Ásia, com o apoio econômico e militar destinado à independência da Indochina, região formada pelo Laos, Camboja e Vietnã. Esse último país foi o local de uma das mais importantes disputas militares ocorridas durante a Guerra Fria.

Os movimentos nacionalistas e socialistas vietnamitas conquistaram a libertação do país em 1954, após uma guerra de independência que durou quase dez anos. Porém, a França não reconheceu a independência de sua ex-colônia e solicitou aos EUA apoio militar para recolonizar a região. Após alguns anos de guerra contra os franceses, o Vietnã foi temporariamente dividido em dois: o norte passou a ser comandado pelo socialista Ho Chi Minh, enquanto o sul, apoiado pela França e pelos EUA, era governado pelo imperador Bao Dai.

Temendo a ofensiva dos socialistas norte-vietnamitas e a influência da China comunista, os EUA passaram a financiar um governo pró-ocidente no sul, que ficou caracterizado por ser autoritário e centralizador. Enquanto isso, o líder socialista Ho Chi Minh recebeu apoio soviético para resistir e organizar grupos de guerrilhas contra o governo sul-vietnamita.

No período em que permaneceu no país, a presença militar dos EUA sofreu críticas veementes. Finalmente, em 1973, as tropas estadunidenses deixaram o Vietnã e três anos depois o país seria reunificado.

Se, durante toda a Guerra Fria, não houve um único enfrentamento armado entre as superpotências, o mesmo não pode ser dito em relação aos países que estavam sob a área de influência dos blocos, como foi o episódio da Guerra do Vietnã. Antes disso, a Guerra da Coreia (1950-1953) havia representado um desses momentos de enfrentamento militar. Os conflitos se iniciaram quando a Coreia do Norte, que era parte do bloco comunista, invadiu a Coreia do Sul, que era capitalista. Dias depois, os EUA, temendo uma intervenção soviética e chinesa na região, aprovaram o envio de tropas para apoiar os sul-coreanos. A guerra resultou em um sangrento conflito que durou três anos.

A Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, foi considerada um dos eventos que poderiam ter culminado em um embate direto entre as duas superpotências. Em 1961, os EUA haviam financiado uma tentativa fracassada de invadir Cuba usando refugiados políticos cubanos que se exilaram nos EUA após a revolução socialista de 1959. Depois desse episódio, e para responder à instalação de mísseis estadunidenses em países aliados, os soviéticos começaram a instalar em Cuba mísseis com potencial nuclear apontados para os rivais, a fim de dissuadir Washington de tentar invadir a ilha outra



vez. O presidente John Kennedy entendeu o ato como uma declaração de guerra, pois não poderia admitir uma ameaça armamentista tão próxima a seu território.

As negociações diplomáticas duraram 13 dias, até que, em 28 de outubro, Nikita Kruchev, líder soviético, concordou em retirar os mísseis de Cuba, desde que o governo estadunidense fizesse o mesmo em relação aos mísseis instalados na Turquia.

O episódio da Crise dos Mísseis motivou a assinatura, em 1963, de um acordo que proibia testes nucleares, exceto aqueles realizados em bases subterrâneas. Anos depois, as potências nucleares aprovaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) com o objetivo de barrar a corrida armamentista. Segundo o Tratado, aos países não nucleares caberia o compromisso de não receber a transferência, o controle, a fabricação ou a aquisição de qualquer arma nuclear ou outro engenho explosivo.

O medo de ambos em relação à ampliação das áreas de influência mobilizou uma forte propaganda ideológica, veiculada nos meios de comunicação. Os governos, não só o estadunidense ou o soviético, divulgavam a superioridade de sua economia e de seu modo de vida.



Image Courtesy of The Advertising Archives



© Archives Charmet/Bridgeman Images/Keystone

Na imagem à esquerda, a reprodução da propaganda de um fogão em 1950, nos EUA. O consumo em massa de eletrodomésticos pela população americana era um dos pontos ressaltados para defesa do jeito estadunidense de viver. Na imagem à direita, estudantes soviéticos em Moscou, na capa da revista *Ogonyok* (1954), buscando evidenciar a valorização da educação como uma das políticas de destaque nos países socialistas.

Os países da chamada Cortina de Ferro investiam em uma forte propaganda interna que prometia assegurar uma justiça social, particularmente em benefício dos operários, que tinham pleno acesso a educação, saúde e moradia. Enquanto isso, os países capitalistas mostravam uma realidade de pleno emprego, liberdade de imprensa e consumo, além de grandes avanços tecnológicos. Pelo menos era essa a ênfase da propaganda política dos dois blocos, mas o fato é que problemas sociais existiam em ambos os lados.

Em meados dos anos 1960, vários países passaram a não se sujeitar mais à política das duas superpotências e começaram a compor um bloco de países que ficou conhecido como “não alinhados”. Egito, Índia e Iugoslávia, entre outros, passaram a defender uma neutralidade diante dos conflitos que envolviam os blocos socialista e capitalista.

Em 1979, a URSS adotou uma postura mais expansionista e ocupou o Afeganistão, país vizinho na Ásia central. Em pouco tempo, foi deflagrada uma guerra que duraria 10 anos. Os extensos gastos soviéticos com armas na região, além da ajuda enviada a países aliados, tornaram-se insustentáveis para um país que era burocratizado e tinha uma economia planificada centrada nos interesses do Estado. Isso colaborou bastante para intensificar as insatisfações sociais e os problemas políticos no interior da URSS.

A combinação da crise econômica com a insatisfação política e social contribuiu para o esgotamento desse modelo. Um exemplo desse esgotamento foi um acidente nuclear na cidade de Chernobil (na atual Ucrânia), em 1986. O cultivo da região foi perdido, aumentando a fome e obrigando os soviéticos a importar comida. Centenas de trabalhadores tiveram de se deslocar para outras regiões da URSS.

Quando Mikhail Gorbachev, o último líder soviético, assumiu o poder na URSS, ele iniciou uma série de mudanças que seriam responsáveis pela abertura política e econômica do país. As reformas chamadas *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (transparência) atingiram também os países do bloco, especialmente a Alemanha Oriental. As reformas soviéticas, que estabeleciam a redução de gastos militares e de ajuda econômica a aliados, tornaram a situação dos alemães orientais cada dia mais difícil. As reformas também envolveram a ampliação das liberdades políticas, fato que contribuiu para o fortalecimento dos protestos contra o regime.

Após um ano de revoltas populares que exigiam também reformas e abertura, o governo da Alemanha Oriental, em 9 de novembro de 1989, anunciou a

abertura das fronteiras da capital, Berlim, e do país. O ato político culminou com a queda do muro de Berlim, um dos principais símbolos da Guerra Fria.

Ainda em 1989, os EUA e instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, reunidos em Washington, formularam uma série de medidas econômicas que norteariam os rumos estratégicos de reformas sociais e econômicas que deveriam ser adotadas na América Latina. Essas reformas impunham uma adesão à política econômica liberal, em curso na Inglaterra desde o final da década de 1970 e nos EUA desde o início dos anos 1980.

Essa política, chamada de neoliberalismo, tem como ideia central que os Estados adotem a menor intromissão possível na economia, com base no conceito de livre mercado – isto é, um mercado que regula a si mesmo, sem intervenções. Isso significa que os governos devem abrir mão de empresas públicas, de estabelecer uma legislação trabalhista rígida ou de controlar as ações de empresas individuais. Na prática, isso resulta na perda de direitos dos trabalhadores e na diminuição na oferta de serviços públicos, como educação, saúde e assistência social, já que para os neoliberais esses serviços deveriam ser oferecidos pelo mercado, por instituições privadas. A consequência é que somente pessoas com alto poder aquisitivo teriam acesso a esses serviços, aumentando, portanto, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres.

Em 1991, a união das 15 repúblicas socialistas entrou em ruínas. O fim da URSS deu início à independência dos países que a formavam, ao mesmo tempo que outros países do Leste Europeu intensificaram processos internos de abertura política.

O fim da Guerra Fria trouxe uma série de implicações para a geopolítica e para a situação econômica e social da Europa. Geopoliticamente, houve a desintegração da Iugoslávia e do território soviético, além da separação da Tchecoslováquia. Socioeconomicamente, o fim da Guerra Fria permitiu a contestação do Estado de bem-estar social adotado por muitos países europeus, o que culminou na perda de muitos direitos trabalhistas e sociais.

Durante a Guerra Fria, por causa da ameaça constante da ascensão comunista na Europa, em função de suas promessas de vida mais justa para os trabalhadores, os governos de muitos países capitalistas europeus assumiram medidas sociais voltadas para os trabalhadores. Com isso, desenvolveram um Estado que garantia a todos os cidadãos uma série de direitos sociais e trabalhistas, como saúde e

educação públicas de qualidade, proteção contra o desemprego, excelentes condições de trabalho, altos salários e boa aposentadoria, entre outros direitos. Esse modelo de Estado ficou conhecido como *welfare state*, ou Estado de bem-estar social. Após o fim da ameaça comunista, os países capitalistas não tinham mais a necessidade de atender as reivindicações dos trabalhadores e, por isso, o *welfare state* europeu começou a ser desmontado, segundo as orientações neoliberais.



### FICA A DICA!

Para ampliar seu entendimento sobre o período, assista ao filme *Adeus, Lênin!* (direção de Wolfgang Becker, 2003). A história mostra os desafios de dois filhos que precisam esconder de sua mãe, uma militante da Alemanha Oriental, o colapso do regime comunista. Em decorrência de um acidente que a deixou meses em coma, a mulher não viu a queda do muro de Berlim, em 1989, e outros fatos que marcaram o fim da Guerra Fria. Ao acordar, ainda frágil, acredita estar vivendo sob o socialismo alemão. Com medo do choque que essa descoberta possa provocar em sua mãe, os filhos fazem de tudo para que ela continue acreditando nisso.

## ATIVIDADE

### 1 O mundo bipolar da Guerra Fria

**1** O historiador Eric Hobsbawm argumenta que havia um clima de pânico instaurado pelas nações ocidentais a respeito da URSS:

[...] O fato de que esta percepção ocidental de uma União Soviética prestes a invadir ou bombardear o “mundo livre” com armas nucleares de um momento a outro nunca teve base na realidade [...]

Esse discurso, ainda segundo Hobsbawm:

[...] apenas comprova o quão profundo era o medo do comunismo. [...]

HOBBSAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (Org.) *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 94.

Segundo o texto, os países ocidentais alertavam o mundo sobre um possível ataque nuclear porque tinham “medo do comunismo”. Apresente e defenda dois argumentos, contrários ou não, à tese do historiador.

---

---

---

---

---

---

**2** Segundo o texto, e de acordo com a propaganda que cada regime fazia de si mesmo, quais seriam as vantagens do capitalismo e do comunismo para os cidadãos trabalhadores?

---

---

---

---

---



## DESAFIO

Durante a Guerra Fria, desenvolveu-se, nos Estados Unidos, uma ideologia conhecida como *macartismo*. Essa ideologia tinha como objetivo:

- a) Caracterizar as bases da política externa dos Estados Unidos para a América Latina depois da Revolução Cubana.
- b) Definir os fundamentos da doutrina geopolítica dos Estados Unidos para as Américas e para a região do oceano Pacífico.
- c) Definir os princípios da presença das multinacionais americanas nas regiões de grande interesse estratégico dos Estados Unidos.
- d) Fundamentar organizações internacionais, como a ONU, a OEA e a OTAN, que se tornaram grandes instrumentos de execução da política externa americana durante a Guerra Fria.
- e) Vigiar e impedir que simpatizantes de ideologias de esquerda ocupassem cargos de liderança e influência no funcionalismo público, no governo, nas universidades, nos meios de comunicação e nas grandes corporações econômicas americanas.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), 2009. Disponível em: <<http://www.cneconline.com.br/exames-educacionais/ vestibular/provas/pr/puc-pr/2009/fase-unica/gabaritoprova11manha.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

## HORA DA CHECAGEM

### Atividade 1 - O mundo bipolar da Guerra Fria

**1** Seus argumentos poderiam mencionar fatos que exemplificam o expansionismo soviético, como a invasão do Afeganistão. Por sua vez, é importante destacar ainda a intensidade da propaganda ocidental, que, ao mesmo tempo que vangloriava o regime capitalista, também denunciava a ausência de liberdade e o fechamento político dos quais padeciam os países sob o regime socialista. Você também poderia argumentar que o medo do comunismo estava diretamente relacionado aos interesses dos capitalistas do mundo ocidental, que temiam que, com o avanço do comunismo, os trabalhadores tomassem o poder e acabassem com os privilégios da burguesia e com sua fonte de riqueza, a propriedade privada, já que no comunismo nada é privado, tudo é público e controlado pelo Estado.

**2** Você poderia mencionar que os defensores do regime **comunista** argumentavam que ele era a única resposta ao domínio da crescente burguesia internacional e a solução para os problemas gerados pela desigualdade social, pois os socialistas mostravam um crescimento industrial em



## TEMAS

1. Desenvolvimentismo no Brasil
2. A ditadura no Brasil a partir de 1964
3. A retomada da democracia no Brasil

## Introdução

Nesta Unidade, você vai estudar os aspectos políticos, sociais e econômicos que embasaram o modelo desenvolvimentista no Brasil, implementado pelos presidentes Juscelino Kubitschek (JK), Jânio Quadros e João Goulart (conhecido como Jango), entre os anos de 1956 e 1964.

No governo JK, o Brasil viveu um de seus períodos mais paradoxais. De um lado, houve grande estímulo ao desenvolvimento industrial e aumento da oferta de empregos nas grandes cidades. De outro, com a prevalência no campo da ausência de direitos aos trabalhadores rurais, os conflitos se intensificaram. Além disso, a economia enfrentava problemas, especialmente em relação ao avanço da inflação.

A renúncia de Jânio Quadros abriu espaço para a ascensão de João Goulart ao poder, em 1961. Mas as políticas e propostas de reforma de Jango não deram conta de aplacar os interesses da esquerda, tampouco dos setores mais conservadores.

Em 1964, os militares, sob a influência da Guerra Fria e com o apoio dos EUA, acusando Jango de comunista, conseguiram conduzir um golpe. Foi instaurada uma ditadura militar que duraria 21 anos. Uma série de mudanças significativas ocorreu no mundo do trabalho durante esse período.

Em 1985, o Brasil retornou à democracia por meio de uma eleição indireta para a presidência da República. Tancredo Neves venceu as eleições, realizadas no Congresso Nacional, derrotando Paulo Maluf, candidato alinhado à base de apoio dos militares. Tancredo, entretanto, faleceu e não conseguiu assumir o cargo, cabendo a José Sarney, vice-presidente eleito, tornar-se presidente.

Os desafios eram muitos, pois, além da enorme tarefa de reconstruir a vida democrática, o País passava por uma grave crise econômica, com alta da inflação, e enfrentava enormes dificuldades para dar conta das demandas sociais existentes.

Em 1989, ocorreu também a queda do muro de Berlim, simbolizando o fim da Guerra Fria e o enfraquecimento do mundo socialista, que começava a desabar. Iniciou-se, também, o estabelecimento do que se denominou globalização, quando grandes e poderosas empresas passaram a ocupar espaços mundiais e as fronteiras para a expansão capitalista desapareceram.

Nesta Unidade, você vai analisar as últimas décadas do século XX e a passagem para o século XXI, tendo como principal foco as transformações ocorridas nesse período no mundo do trabalho.

## TEMA 1 Desenvolvimentismo no Brasil

Durante o governo Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas garantia desenvolvimento em diversas áreas, estímulo às indústrias e aumento da oferta de emprego nas grandes cidades. No entanto, ainda que o desenvolvimento industrial tenha fornecido as bases para a ampliação da oferta de empregos nas cidades, o problema da inflação era preocupante e diminuía o poder de compra dos trabalhadores.

Aos trabalhadores do campo faltava uma política de amparo e plena garantia de direitos. A ausência do Estado na organização das relações trabalhistas no campo intensificou a luta e a organização desses trabalhadores, por meio de sindicatos e associações, como as Ligas Camponesas. Os conflitos no campo se acirram nas duas gestões seguintes, que ainda tiveram de lidar com os altos índices de inflação, o desemprego e o aumento da dívida externa.

Após Juscelino, assumiu como presidente Jânio Quadros, que renunciou ao cargo ainda em 1961. No seu lugar, assumiu o vice-presidente João Goulart, que, atendendo às demandas dos trabalhadores do campo e das cidades, iniciou uma série de reformas sociais que acabaram por desagradar as elites nacionais. Com isso, foi articulado um golpe civil-militar que instaurou uma ditadura no Brasil ao longo de 21 anos. Por meio de uma violenta repressão aos direitos políticos, civis e trabalhistas, o regime ditatorial deixou marcas na história brasileira visíveis ainda hoje.

Estudar esse período recente da história do Brasil é o objetivo deste tema.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

O que a expressão “50 anos em 5” quer dizer para você? Pensando na industrialização acelerada e nas condições de vida dos trabalhadores, escreva nas linhas a seguir o que você sabe sobre o governo brasileiro entre as décadas de 1950 e 1960.

---

---

---

---





## O projeto desenvolvimentista e os Anos Dourados da Era JK

As eleições presidenciais de 1955 foram marcadas por um clima de instabilidade política, ainda em decorrência do suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954. Membros das forças armadas e da União Democrática Nacional (UDN) – partido conservador e historicamente antigetulista – temiam a ascensão de Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (Jango) ao poder. Os partidos mais conservadores, como a própria UDN, consideravam que os dois políticos eram os legítimos herdeiros do getulismo. Porém, a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possibilitou a vitória de JK e de Jango, eleitos, respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente. Os dois compunham a mesma chapa, mas, à época, votava-se em separado para cada cargo.

Imediatamente após a posse, JK colocou em prática o chamado Plano de Metas, um programa de governo que buscava proporcionar um rápido desenvolvimento para o País, o que se resumia no lema “50 anos em 5”. Para alcançar esse objetivo, o governo adotou uma série de medidas para consolidar a industrialização brasileira, contando, inclusive, com a ajuda financeira internacional, sobretudo estadunidense.

Nesse período da história, houve forte expansão de empresas multinacionais dos países desenvolvidos. Elas pressionaram os países em desenvolvimento para que pudessem atuar livremente dentro deles e enviar grande parte de seus lucros para as matrizes, localizadas nos países desenvolvidos.

### Plano de Metas

O Plano de Metas estava traçado com base nos investimentos em cinco setores de desenvolvimento: energia, indústria de base, transportes, alimentação e também na educação. Esses setores prioritários se desdobravam em outros pontos estratégicos; no caso do setor energético, por exemplo, um dos planos era criar várias usinas hidrelétricas, como a de Furnas (MG).



Presidente Juscelino Kubitschek na inauguração da Usina Hidrelétrica de Três Marias, em Minas Gerais, em 1961.

A fim de viabilizar o Plano de Metas, o governo recorreu a empréstimos internacionais, o que alargou de modo significativo a dívida externa do País. Por sua vez, com o fortalecimento da indústria nacional, ampliava-se a possibilidade de exportações para o mercado exterior, ao mesmo tempo que se aumentava a importação de ferramentas e equipamentos.

## Industrialização, modernização e seus contrastes

A vinda do capital estrangeiro para o Brasil gerou muitos debates na sociedade, pois a entrada das multinacionais no País poderia provocar a retirada sistemática de lucros, que seriam levados ao exterior. Isso no momento em que o Brasil precisava de recursos para se industrializar e criar melhores condições para o desenvolvimento de sua economia.

Com o objetivo de criar uma indústria automobilística no Brasil, o governo concedeu incentivos fiscais para a intensificação das atividades e a produção de carros de montadoras alemãs e estadunidenses, principalmente. Os altos investimentos no setor automotivo e de autopeças estavam relacionados à viabilização de um modelo rodoviário que rapidamente deveria substituir o ferroviário. A mudança favoreceu a indústria automobilística e foi acompanhada pela construção de milhares de quilômetros de rodovias em todo o País.

As obras de desbravamento de território – particularmente no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul – com abertura de matas e a ampliação de fronteiras agrícolas desencadearam ou amplificaram conflitos que envolviam posseiros, índios, fazendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Em geral, o Estado apoiava o lado dos mais fortes nesses conflitos, o dos fazendeiros. A abertura de estradas valorizava novas terras e promovia a expulsão de posseiros em benefício de grandes proprietários de terra.

No Brasil, as terras estiveram historicamente nas mãos de um pequeno número de proprietários, que por isso tinham condições muito favoráveis para a contratação de trabalhadores no campo a baixíssimos custos. Na década de 1950, discutiu-se como o campo responderia às necessidades da industrialização e da urbanização em curso, já que as cidades precisavam de oferta de alimentos e de matérias-primas. Alguns líderes políticos e intelectuais da época defendiam que somente uma reforma agrária poderia responder aos novos desafios econômicos, de modo que somente a distribuição de terras promoveria um avanço na produção de alimentos para as cidades e, ao mesmo tempo, conferiria fortalecimento político, econômico e social ao trabalhador do campo.

Como consequência, o trabalhador na cidade também ganharia, e de duas maneiras: teria acesso a farta oferta de alimentos, e a concorrência entre seus pares seria menor se os trabalhadores rurais vivessem dignamente no campo e não tivessem razões, portanto, para migrarem para as cidades. Essa situação favoreceria o aumento de salários nas áreas urbanas.

Porém, o governo JK não realizou a reforma agrária. Na realidade, a indústria de bens de consumo duráveis, como a de eletrodomésticos e automóveis, e a indústria de base, como a de petróleo e energia elétrica, tiveram grande crescimento, favorecidas pelo aumento da busca de trabalho nas fábricas e de outras oportunidades nas cidades grandes, como São Paulo, e pelo abandono das miseráveis condições de vida no campo.

Não havia uma política clara que respondesse, pelo menos em parte, aos problemas fundiários do País. Qualquer reforma ou mudança mais significativa na estrutura agrária dependia da aprovação do Congresso Nacional, que tinha uma forte bancada ligada diretamente aos interesses latifundiários e das elites agrárias.

Assim, tendo em vista esse contexto político desfavorável para aqueles que sobreviviam da terra, a violência nas áreas rurais e a luta dos camponeses por direitos foram constantes. Foi nesse cenário que teve início a organização das Ligas Camponesas. Isso levou JK a criar, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), concebida pelo economista Celso Furtado, que montou um plano de desenvolvimento para a região, pautado na reforma agrária e na industrialização.

E a classe operária do período? A segunda metade da década de 1950 foi marcada por uma intensa migração interna: de diferentes regiões do País em direção ao Sudeste, sobretudo São Paulo, e, no final da década, em direção ao Centro-Oeste. A ampliação significativa da atividade industrial atraiu mão de obra, particularmente para a indústria automobilística. Apesar do aumento da oferta de emprego no setor industrial, a forte inflação que afetava a economia brasileira no período diminuía o poder de compra e os salários da classe operária, fato que estimulava greves e a mobilização dos trabalhadores por aumentos salariais e melhores condições de vida. A existência de uma legislação trabalhista que beneficiava o trabalhador urbano não representava, na prática, o respeito aos seus direitos.

As classes médias passaram a se beneficiar de forma direta com a industrialização e a diversificação de produtos disponíveis no mercado. A propaganda era o elemento-chave para a divulgação de produtos industrializados, nacionais ou estrangeiros, no rádio, no cinema e nas revistas. Cartazes, anúncios e comerciais divulgavam novos padrões de consumo e novos estilos de vida.

## Brasília: síntese do Plano de Metas

Durante a campanha eleitoral, Juscelino prometera a construção de uma nova capital. Ao longo do primeiro ano, a construção de Brasília tornou-se a meta-síntese do Plano de Metas de JK. O deslocamento da capital do Brasil para o Centro-Oeste representava a possibilidade concreta de integrar diferentes regiões do País.

A construção da cidade atraiu gente do Brasil inteiro e uma imensidão de trabalhadores – os candangos –, que em quatro anos ergueram uma das maiores obras de engenharia do País. Essa imensa obra beneficiou dezenas de construtoras com os altos gastos necessários para sua realização.

Projetada por Lúcio Costa e arquitetada por Oscar Niemeyer, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 por Juscelino. A partir dessa data, a cidade passava a ser a nova capital do Brasil.



© Mario Fontenelle/Fundo Novacap/Arquivo Público DF

Trabalhadores, chamados de candangos, em direção às frentes de trabalho em Brasília.



### PARA SABER MAIS



## Movimento sindical e luta operária no Brasil da década de 1950

Durante o governo de Juscelino, houve certa tolerância com a atividade sindical, desde que fossem garantidas ordem e “paz social”.

Em São Paulo, centro da atividade industrial do País, formou-se, em meados da década de 1950, uma associação de sindicatos que incluía trabalhadores de vários setores e que passou a reivindicar melhores salários e direitos trabalhistas.

Esse movimento foi marcado também pela autonomia dos trabalhadores em face do contexto de enfrentamento com a polícia e os patrões. Até o ano de 1964, houve greves e manifestações de rua lideradas por sindicatos ou organizadas de forma autônoma, sem uma orientação sindical, por grupos de trabalhadores.



Muitos dos analistas dizem que o governo brasileiro que assumiu em 2003 adotou uma política econômica que, como no período JK, instituiu várias reformas estruturais e incentivos fiscais, com o objetivo de favorecer o crescimento econômico pela via industrial. Entre os estímulos econômicos, havia isenção fiscal para bens de consumo duráveis, como os automóveis, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Poderia ser afirmado que esse governo retomou o projeto desenvolvimentista?

### ATIVIDADE 1 O período JK

Retome a leitura do texto *O projeto desenvolvimentista e os Anos Dourados da Era JK* para responder aos exercícios.

**1** Escreva uma síntese retomando as prioridades econômicas contidas no Plano de Metas do governo JK.

---

---

---

---

---

**2** De que maneira uma reforma agrária poderia favorecer os trabalhadores do campo e da cidade?

---

---

---

---

---



### DESAFIO

A construção da cidade de Brasília fez parte do processo desenvolvimentista dos anos 1950 liderado pelo presidente Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart. O projeto modernizante de JK assentava-se na política do “50 anos em 5”, que preconizava, entre outras coisas, dotar o país de uma infraestrutura suficiente para sustentar a industrialização.

Com base nos conhecimentos sobre a política econômica desse período histórico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Disseminou o ensino técnico para todas as regiões do país, por meio dos institutos técnicos federais.
- b) Expandiu a construção de usinas hidrelétricas e abasteceu de energia o setor produtivo.
- c) Implantou a SUDAM, que realizou a modernização e a transformação da região amazônica.
- d) Priorizou a importação de veículos automotores para o país se inserir no mercado internacional.
- e) Privatizou a Companhia Siderúrgica Nacional, com a abertura do seu capital para investidores estrangeiros.

Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014. Disponível em: <[http://www.cops.uel.br/vestibular/2014/provas/1a\\_Fase/14601\\_1.pdf](http://www.cops.uel.br/vestibular/2014/provas/1a_Fase/14601_1.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.



## Crises de governabilidade e as fragilidades da democracia (1961-1964)

Jânio Quadros era um candidato apoiado pela UDN e, durante a campanha, usou algumas estratégias para estabelecer identificação com os trabalhadores ou com as pessoas mais simples: usava bigode, roupas amassadas, comia na frente das câmeras, tudo isso para aparentar proximidade com o povo. Outra estratégia de campanha foi trazer a vassoura, usando-a como símbolo de limpeza para “varrer” os corruptos da política brasileira.

As estratégias deram certo, e Jânio Quadros foi eleito presidente em 1961. O vice-presidente eleito foi o candidato do PTB, João Goulart, que havia sido candidato pela chapa do general Henrique Teixeira Lott, do PSD.

### Medidas controversas do presidente Jânio Quadros

O governo herdou no campo econômico uma forte dívida externa e altos índices de inflação. No campo político, o presidente e seus aliados viam a continuidade de intensos conflitos no campo e das greves operárias em diversos setores industriais. Os primeiros meses do governo foram marcados por medidas de austeridade contra os trabalhadores, a exemplo da repressão de manifestações, congelamento de salários e incentivo ao aumento dos preços.

Os sete meses de duração do governo foram marcados por uma política externa que desagradou aliados, oposição e, sobretudo, militares, como a retomada das relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a aproximação com China e Cuba, em plena Guerra Fria – algo visto como provocação aos Estados Unidos da América (EUA). Jânio achava que a proximidade diplomática com países socialistas garantiria a ampliação das exportações brasileiras para mercados consumidores aos quais o bloco ocidental capitalista não conseguia chegar.

Protestos e discursos inflamados por parte dos aliados no Congresso favoreceram o isolamento político de Jânio Quadros e o levaram à renúncia, no dia 25 de agosto de 1961.

## O governo de João Goulart

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o vice-presidente, João Goulart, deveria assumir o cargo, conforme determinava a Constituição. Mas Jango estava em viagem oficial à China e já encontrava resistência a sua posse por parte dos militares, de setores mais conservadores da imprensa e das elites empresariais, além de partidos opositores, como a UDN. Os ministros militares foram os primeiros a levantar argumentos contrários à posse de Jango, acusando-o de insuflador das classes trabalhistas, desde o período em que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.

Por sua vez, formava-se uma aliança em torno do cumprimento da Constituição. Setores legalistas das forças armadas, nacionalistas, sindicatos de trabalhadores, partidos de esquerda e parte da imprensa mais progressista exigiam a posse de Jango.

Para tentar garantir que Goulart assumisse e impedir um golpe dos seus opositores, foi criada uma comissão no Congresso para propor uma saída legal. Assim foi adotado temporariamente o parlamentarismo, ou seja, um sistema político no qual o primeiro-ministro e seu ministério fossem escolhidos pelos deputados e senadores, diminuindo com isso os poderes do presidente. Determinou-se que um plebiscito seria realizado alguns anos depois para escolher entre a volta do presidencialismo ou a continuação do parlamentarismo.

Após a instituição do parlamentarismo, Jango assumiu a presidência, no dia 7 de setembro de 1961, e Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, foi empossado para o cargo de primeiro-ministro.

### Plano de governo: plano econômico e Reformas de Base

Jango, que assumiu a presidência do Brasil sob o regime parlamentar, encontrou um País com elevada dívida externa e inflação. Na tentativa de conter a crise econômica, ele apresentou a proposta das Reformas de Base. Essas reformas previam uma série de mudanças no setor agrário, educacional e industrial, além de mudanças na legislação tributária, a exemplo das novas regras que restringiriam as remessas de lucros para o exterior.

Em 1962, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, criou a Frente de Mobilização Popular (FMP) para exigir que as Reformas de Base fossem imediatas.

Durante todo o ano de 1962, houve inúmeras greves de diversos setores no Brasil, com destaque para as greves gerais realizadas em 5 de julho e 14 de setembro, que exigiam a antecipação do plebiscito sobre a volta do presidencialismo. Jango, ainda sob o sistema parlamentarista, decretou aumento salarial como forma de impedir a realização de novas greves no período. Contudo, essa medida não foi suficiente para controlar a insatisfação popular.

No plebiscito de janeiro de 1963, a população decidiu pela proposta de retorno ao presidencialismo. Com a mudança de regime, Jango encarregou dois novos ministros, Celso Furtado, do Planejamento, e San Tiago Dantas, da Fazenda, de formular e colocar em prática um plano econômico que pudesse conter a inflação, garantindo crescimento, o que de fato não ocorreu, pois a inflação continuava crescendo a níveis preocupantes.

Além disso, a UDN, outros partidos de oposição e setores mais conservadores, incluindo grandes empresários e latifundiários, eram contrários à realização das Reformas de Base. Assim, iniciaram uma intensa campanha política contra o presidente, acusando-o de ser populista e de tentar instalar no Brasil, por meio de suas reformas, um regime socialista.

Carlos Lacerda, da UDN, governador da Guanabara (antigo Estado que abrangia apenas a cidade do Rio de Janeiro), Adhemar de Barros, governador de São Paulo, e outras forças conservadoras passaram a incentivar abertamente a realização de boicotes e manifestações contrárias às Reformas de Base, particularmente aquelas que previam a realização da reforma agrária.

### João Goulart e a reforma agrária

A realização de uma ampla reforma agrária no Brasil estava condicionada às desapropriações de terras e aos altos custos com indenizações, conforme previsto na Constituição de 1946. Para tentar atender a algumas das reivindicações dos trabalhadores rurais, o governo criou, em 1962, a Superintendência de Política Agrária (Supra). Na tentativa de aplacar e tranquilizar a elite rural, alegava que as desapropriações de terras só seriam feitas nos latifúndios considerados improdutivos.

A mediação entre os interesses dos trabalhadores, do Estado e dos grandes proprietários de terras veio em forma de lei. Em 1963, o governo pressionou o Congresso a estender os direitos garantidos pela CLT aos trabalhadores do campo. Instituiu a carteira obrigatória, a jornada máxima de 8 horas diárias de trabalho, a regulamentação de hora extra e do trabalho noturno, o salário mínimo, o repouso semanal, as férias remuneradas, as normas específicas para a proteção do trabalho feminino e infantil, entre outros direitos.



## O comício das reformas e o prenúncio do golpe

No dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart anunciou, no Rio de Janeiro, que havia assinado um decreto presidencial que desapropriava terras às margens de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e locais beneficiados por obras da União.

A estratégia de Jango era mobilizar os trabalhadores, por meio dos sindicatos, para forçar o Congresso a votar pelas reformas. Enquanto isso, os grupos de esquerda começavam a organizar manifestações, propagando esse objetivo.



© Arquivo/Agência O Globo

Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, em que muitas pessoas se manifestavam a favor das reformas defendidas por João Goulart.

O anúncio das reformas foi visto como provocação por parte dos grupos mais conservadores. Assim, as classes proprietárias, a Igreja, as forças armadas e amplos setores das classes médias, cada vez mais temerosos, convenceram-se de que não haveria mais outra solução exceto a derrubada do governo, o que resultou em um golpe de Estado que tirou Jango do poder. Todos se uniram em torno dos militares para conseguir apoio para combater o avanço da esquerda. Por isso, é possível afirmar que não foi um golpe apenas militar. Como houve o apoio desses setores da sociedade civil, pode-se falar em um golpe civil-militar.

No dia 1º de abril de 1964, os militares tomaram o poder. Em vários Estados da federação, comandos inteiros aderiram ao golpe. Poucos foram os militares que se opuseram ao movimento. João Goulart soube que, caso apresentasse resistência ao golpe, os militares teriam o apoio bélico dos EUA, que também eram contra as

reformas de Jango, pois atrapalhavam os interesses econômicos de suas empresas no Brasil. Por isso, imaginando que poderia haver uma guerra civil no Brasil com consequências imprevisíveis, Jango deixou Brasília em direção ao Rio Grande do Sul, seguindo depois para o Uruguai. O presidente da Câmara dos Deputados, então, declarou vago o cargo de presidente da república do Brasil.



João Goulart durante o comício no Automóvel Club na véspera do golpe civil-militar, em 31 de março de 1964.

© Arquivo/Agência O Globo



### FICA A DICA!

O filme *Cabra marcado para morrer* (direção de Eduardo Coutinho, 1984) conta a história das Ligas Camponesas. O diretor iniciou as filmagens em 1964, utilizando como pano de fundo o assassinato de João Pedro Teixeira, um líder do movimento, no Estado da Paraíba, em 1962. Concederam entrevistas camponesas e integrantes do movimento. Porém, com o golpe civil-militar de 1964, o filme foi suspenso e muitos dos participantes foram presos ou passaram a viver na clandestinidade, inclusive Elizabeth. Em 1981, após a anistia política, Coutinho retomou o filme. Em 1984, a história das Ligas finalmente pôde ser contada nos cinemas brasileiros.

O documentário *Jango* (direção de Silvio Tendler, 1984) foi produzido ao final do regime militar e em plena campanha das Diretas Já!. O filme faz uma retrospectiva da atuação política de João Goulart, desde a sua gestão como ministro do presidente Getúlio Vargas, passando pelos tumultuados anos na presidência da república e chegando ao ano de 1964, quando sofreu o golpe civil-militar. Com imagens da época e uma trilha sonora de Milton Nascimento e Wagner Tiso, *Jango* é um importante registro fílmico que conta com detalhes uma parte da história recente do Brasil, que até hoje instiga debates e reflexões.

## ATIVIDADE 2 As reformas de Jango

Retome o texto *Crises de governabilidade e as fragilidades da democracia (1961-1964)* e responda às questões que seguem.

**1** Explique o que você entendeu sobre as Reformas de Base defendidas por João Goulart. Nos dias atuais, essas reformas continuariam sendo importantes?

---

---

---

---

---

**2** Explique o que foi a crise de governabilidade que levou à queda de Jango.

---

---

---

---

---

**3** Além da participação militar, que outros setores estavam vinculados ao golpe de 1964?

---

---

---

---

---



## DESAFIO

Proclamo aquilo que toda a Nação reconhece: está caduca a estrutura rural brasileira. A reforma agrária já não é, assim, tema de discurso, mas objeto de ação imediata: ação legislativa e ação executiva...

(Declaração do presidente Jânio Quadros, publicada no jornal *Correio da Manhã*, em 03.08.1961.)

No momento dessa declaração, a reforma agrária no Brasil

- a) estava na ordem do dia, daí a posição do presidente em seu favor.
- b) aparecia como uma questão ultrapassada, como demonstra a posição da presidência.
- c) era algo restrito apenas à região nordestina, onde agiam as Ligas Camponesas.
- d) há muito que era defendida pela maioria do Congresso, mas não pelo Executivo.
- e) jazia adormecida e, por razões demagógicas, foi despertada pelo presidente.

## HORA DA CHECAGEM

### Atividade 1 - O período JK

**1** Algumas informações que seu texto pode ter apresentado são as seguintes: o Plano de Metas do governo JK centralizou esforços no desenvolvimento industrial, investindo na formação de um parque industrial, em infraestrutura – energia e transporte – e na indústria de base em particular. O plano foi responsável pela construção de importantes usinas hidrelétricas no País.

**2** Em relação aos trabalhadores do campo, por meio da leitura dos textos você percebeu que a reforma agrária aumentaria o acesso deles à terra e melhoraria suas condições de vida, de forma que não precisassem migrar para as cidades, além de fortalecê-los política e socialmente. Com relação aos trabalhadores das cidades, a reforma agrária permitiria acesso a uma diversidade e quantidade maiores de produtos agrícolas e diminuiria a concorrência entre trabalhadores nas cidades, por causa da falta de migração, permitindo que reivindicassem melhores salários.

### Desafio

Alternativa correta: **b**. Baseando-se na leitura do texto, você poderia observar que um dos elementos centrais do Plano de Metas era o investimento no setor energético, de modo a abastecer o setor produtivo.

### Atividade 2 - As reformas de Jango

**1** Você poderia responder que as Reformas de Base previam mudanças no setor bancário, fiscal, educacional e na saúde. Mas a principal delas era a proposta de uma reforma agrária. No texto, você viu que o governo Jango propôs essas reformas porque identificava a necessidade de investir em diversos setores da sociedade. Baseando-se em seus conhecimentos prévios de mundo e em sua experiência de vida, você pode ter observado que, ainda hoje, o País carece de uma reforma agrária ampla que contemple as reivindicações dos trabalhadores do campo.

**2** Durante a leitura do texto, você pôde ver que a crise de governabilidade do governo Jango se aprofundou quando ele anunciou seu plano de Reformas de Base, particularmente a proposta de reforma agrária, que desagradava boa parte da elite econômica. Como resultado, os militares e os setores conservadores ligados a essa elite acusaram Jango de comunista. Esses grupos aproveitaram a proximidade que o governo tinha com setores da esquerda para sugerir que Jango tramava uma revolução socialista e justificar, assim, um golpe militar que garantiria a retomada da ordem.

**3** Você viu que havia setores da sociedade civil, principalmente empresários e membros da Igreja, que temiam o avanço do comunismo no Brasil.

### Desafio

Alternativa correta: **a**. Como você viu no texto, o tema da reforma agrária tinha grande importância política e social no período. Por isso, Jânio Quadros defendeu a necessidade imediata de ações que garantissem a distribuição de terras.



## O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar sobre a ditadura militar no Brasil? Quais teriam sido as razões para que ela ocorresse? Quais foram suas consequências para o povo brasileiro? Escreva nas linhas a seguir o que você já sabe sobre o assunto.

---

---

---

---

---

---



## A ruptura do Estado de Direito e a derrota da democracia no Brasil

A primeira tarefa do alto escalão militar foi escolher o presidente do País. O instrumento legal para isso foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que estabelecia eleições indiretas para o Executivo, atribuindo ao Congresso a função de Colégio Eleitoral para escolher o novo presidente, e previa a suspensão e a cassação de alguns mandatos de políticos no âmbito federal, estadual e municipal, por até dez anos. Os parlamentares que não tiveram os seus direitos suspensos ou cassados referendaram a escolha do nome do marechal Humberto de Alencar Castello Branco para presidente do Brasil.

### Os atos institucionais

Os atos institucionais representaram o instrumento jurídico de que as Forças Armadas precisavam para reformar a estrutura do Estado e o sistema político brasileiro. O novo regime pretendia mudar as instituições do País, centralizando cada vez mais o poder nas mãos do Executivo e limitando a força do Congresso, de modo a impedir que as reformas defendidas pelos setores da esquerda, por melhores condições de trabalho e melhor distribuição da riqueza no País, fossem realizadas.

Logo após a promulgação do AI-2, as eleições indiretas foram instituídas e passaram a ser realizadas por voto nominal e com aprovação de maioria absoluta do Congresso Nacional. A medida mais significativa representou um golpe para a pluralidade partidária: a dissolução dos partidos políticos existentes no Brasil e

a implantação do bipartidarismo. Dois novos partidos políticos foram criados em 1965 e extintos em 1979: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que passou a apoiar o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aos poucos se caracterizaria como o partido de oposição.

Com o AI-3, aprovado em 1966, a eleição dos governadores e dos prefeitos de capitais passou a ser indireta, por meio das Assembleias Legislativas de cada Estado.

Castello Branco convocou novamente o Congresso em 1967, para aprovar uma nova Constituição que incorporava toda a legislação dos atos aprovados antes dessa data.

### 13 de dezembro de 1968, promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Em 1967, com a posse do marechal “linha-dura” Arthur da Costa e Silva, que sucedeu Castello Branco, houve maior endurecimento do regime militar. Ao mesmo tempo, no ano seguinte, cresceram também as manifestações que exigiam a abertura política. Destacaram-se nesse período a Marcha dos Cem Mil, que reuniu artistas, intelectuais, estudantes, jornalistas e trabalhadores, todos empunhando faixas contra a ditadura, além das duas grandes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Outro incidente foi a tentativa da realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). A entidade estava na clandestinidade desde 1964 e, em outubro de 1968, resolveu reunir-se em Ibiúna (SP). O Congresso, no entanto, foi cercado pelos militares e centenas de estudantes foram presos, incluindo as principais lideranças do movimento estudantil, com o objetivo de desarticulá-lo.

Em 13 de dezembro de 1968, o governo fechou o Congresso Nacional e outras casas legislativas e promulgou o AI-5. Foram nomeados interventores – governadores e prefeitos – escolhidos diretamente pelo governo militar. O AI-5 suspendeu o habeas corpus – que é o direito de ir e vir sem ser preso –, decretou estado de sítio e instituiu a censura prévia a jornais e programas de rádio e televisão. Nesse período, professores universitários e funcionários públicos foram demitidos e aposentados compulsoriamente.

A partir da promulgação desse ato, um forte aparelho repressivo foi montado nos Estados para identificar e prender aqueles que ainda realizavam atividades consideradas subversivas no País (isto é, todas aquelas que contestavam o governo ou o sistema econômico e político existente). Lideranças de vários setores que questionavam a ditadura acabaram no exílio ou na luta armada. Muitos foram presos e morreram nos porões da ditadura, após sofrerem torturas.

## A relação do governo com os trabalhadores

Os órgãos repressores aumentaram a fiscalização sobre os sindicatos. Centenas deles foram fechados. No campo ou na cidade, a nova organização sindical, obediente ao governo, tinha a função de evitar greves e desmobilizar qualquer auto-organização dos trabalhadores.

O governo fez importantes mudanças para favorecer os interesses dos capitalistas, mas, ao mesmo tempo, anunciava que as medidas buscavam ampliar os direitos dos trabalhadores, como a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em 1966 – que aumentou a responsabilidade dos empregadores no pagamento de indenizações trabalhistas em relação às demissões sem justa causa, porém, em contrapartida, eliminou a estabilidade no emprego, incentivando a rotatividade da mão de obra.

Até 1968, embora a vigilância e a repressão sobre os trabalhadores continuassem, principalmente dentro das fábricas, elas não impediram a realização de algumas greves, como as já citadas em Contagem e Osasco.

Após a promulgação do AI-5, a mobilização operária praticamente desapareceu. A ditadura militar intensificou o tratamento policial que já era dado ao movimento operário e aos trabalhadores em geral. Investigações, prisões arbitrárias, tortura, sequestros e assassinatos não foram raros, fossem contra líderes ou contra o trabalhador comum.

### Os militares e a questão agrícola

O regime militar tratou de revogar uma das medidas mais polêmicas anunciadas por Jango: a proposta de reforma agrária de terras improdutivas. O Estatuto da Terra foi formulado no final de 1964 e afirmava que apenas os latifúndios comprovadamente improdutivos poderiam ter suas terras redistribuídas. Com isso, buscou-se frear a mobilização política daqueles que defendiam a reforma agrária e todos os movimentos de luta por terra e por melhores condições de trabalho foram reprimidos com violência, por meio de perseguição, tortura e morte de seus militantes.

Durante todo o período militar, houve incentivo e financiamento de políticas de colonização agrária, com deslocamentos de famílias e até de populações para as chamadas fronteiras agrícolas. Nelas, visava-se a produção baseada na grande propriedade de terra e voltada, sobretudo, ao mercado externo. Por isso, a concentração fundiária se elevou significativamente no período.

Em diversas partes do Brasil, o agronegócio era favorecido diretamente pelo governo, por meio de uma série de incentivos fiscais e de crédito facilitado. Vastos territórios antes destinados à produção de alimentos para o mercado interno foram ocupados por programas de expansão agropecuária para exportação.



## As contradições do regime: do milagre econômico à abertura política

Retomar o crescimento econômico fazia parte do planejamento estratégico dos militares. A finalidade da nova política econômica era dar continuidade à integração ao capitalismo mundial. Para isso, era necessário atrair o capital estrangeiro para o País. Assim, favoreceu-se a entrada de multinacionais estadunidenses, alemãs e japonesas. Até os setores considerados estratégicos (indústrias de base e agronegócio) passaram a sofrer a influência e a ingerência de instituições estrangeiras.

O governo do general Emílio Garrastazu Médici, que substituiu Costa e Silva em 1969, foi responsável tanto pelo chamado “milagre econômico” como pela intensificação da tortura e do desaparecimento de opositores ao regime.

O milagre econômico recebeu esse nome porque a economia cresceu muito entre 1969 e 1973. Foi também nesse período que o emprego foi favorecido com o investimento em obras de infraestrutura, fundamentais para alavancar o crescimento industrial e do agronegócio. O desenvolvimento de diversos setores da economia brasileira, porém, não levaram a uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Além disso, o baixo crescimento do mercado interno, resultado de uma política de desenvolvimento que concentrava a renda, proporcionou, entre outras coisas, o aumento do preço dos produtos e o arrocho salarial.

Coube ao governo seguinte, com o general Ernesto Geisel na presidência, o papel de conter os efeitos da crise internacional, que chegou ao Brasil em meados de 1974, causada por uma crise no preço do petróleo. Pressionado por setores do capital nacional, instituições da sociedade civil e parte da classe média, Geisel temia o agravamento da insatisfação dos trabalhadores, em decorrência da crise econômica. Seu mandato foi marcado por uma abertura política, ainda que lenta, gradual e segura, conforme ele mesmo considerava. Entretanto, pessoas ainda eram torturadas e mortas.

Os avanços ficaram por conta da reorganização dos movimentos sociais, que passaram a lutar pela libertação e anistia de presos políticos e exilados. Houve movimentos de donas de casa contra a carestia, de mulheres que se engajaram pela volta dos exilados, de religiosos, artistas de televisão e cantores ou simplesmente de pessoas comuns que agora passavam a lutar por democracia.

As mobilizações ressurgiram com mais força quando os sindicatos conseguiram se organizar novamente em 1978. A crise econômica, acirrada pela falência do milagre econômico, favoreceu a organização sindical. Os efeitos da crise – a recessão, o aumento dos preços e o do desemprego – atingiram em cheio as famílias mais

pobres, os operários e a classe média. Marcantes foram as greves operárias do ABC paulista, iniciadas em 1978 e lideradas pelo metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

Um dos capítulos mais importantes que marcaram o fim da ditadura no Brasil foi a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso e sancionada, em 1979, pelo general João Figueiredo, último presidente militar. Com ela, vários presos e exilados políticos foram perdoados. A principal característica da lei foi o seu caráter amplo, geral e irrestrito, ou seja, foram anistiados todos aqueles que cometeram crimes políticos, incluindo os repressores e torturadores do regime, entre os anos de 1961 e 1979.

### Diretas Já!

Em 1983, o deputado Dante de Oliveira apresentou uma emenda constitucional, propondo a realização de eleições diretas para presidente. Para pressionar a aprovação da emenda, o movimento das Diretas Já! mobilizou diferentes setores da sociedade civil e conseguiu reunir milhões de pessoas em todo o País. Apesar de tudo, a emenda não conseguiu o número de votos necessários no Congresso para ser aprovada. O presidente seguinte, Tancredo Neves, era civil, mas não foi eleito pelo voto popular. Tancredo morreu antes de tomar posse, e a presidência passou para o seu vice, José Sarney. Acabava, assim, a ditadura militar no Brasil.



Manifestação pelas Diretas Já! na Praça da Sé, São Paulo, em janeiro de 1984.



#### História – Volume 3

##### *O trabalho em tempos de ditadura*

O vídeo tem como ponto de partida o depoimento do ex-sindicalista Waldemar Rossi, preso político que foi torturado pela ditadura militar. O contexto desse período também é retratado por especialistas, que falam das perdas dos direitos civis e políticos e discutem a luta dos sindicatos contra a repressão política, o arrocho salarial e a miséria, particularmente dos trabalhadores do campo.

**ATIVIDADE 1** Analisando a ditadura

Leia o texto *A ruptura do Estado de Direito e a derrota da democracia no Brasil*, que trata da ditadura, e responda às questões que seguem.

**1** Elabore um pequeno texto que apresente a história da luta dos trabalhadores durante o período.

---

---

---

---

---

---

---

---

**2** Por que a crise do chamado milagre econômico ampliou o descontentamento com o regime militar?

---

---

---

---

---

---

---

---

**DESAFIO**

A campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República do Brasil, em 1984, intitulada “Diretas Já!”,

- a) tentava garantir que o primeiro presidente pós-regime militar fosse escolhido, em 1985, pelo Colégio Eleitoral.
- b) defendia a continuidade dos militares no poder, desde que fossem escolhidos pelo voto direto dos brasileiros.
- c) foi a primeira mobilização pública de membros da sociedade civil brasileira desde o golpe militar de 1964.
- d) reuniu diferentes partidos políticos em torno da aprovação de emenda constitucional que reintroduzia o voto direto para presidente.
- e) teve sucesso, pois contou com apoio oficial da Igreja Católica, dos sindicatos, das forças armadas e do partido situacionista.



O fim do período ditatorial foi marcado pelo retorno das eleições aos cargos dos poderes Executivo e Legislativo e a necessidade de criar outra Constituição, que retomasse os direitos civis, políticos e sociais extintos pela ditadura. Dessa maneira, a antiga Constituição de 1967 foi substituída pela Constituição de 1988.

Assim, iniciou-se um processo de redemocratização no País, ao mesmo tempo que uma nova ordem econômica mundial globalizada impôs transformações ao mundo do trabalho brasileiro. Nesse contexto, uma lógica econômica de orientação liberal se consolidou, entrando em choque com uma série de direitos trabalhistas garantidos na nova Constituição.

É com o estudo desses assuntos da história contemporânea do Brasil que este Volume finaliza.



### O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Quais mudanças políticas você sabe que ocorreram com a redemocratização do Brasil? Quais direitos civis e sociais a população conquistou no processo de retomada do regime democrático? Escreva nas linhas a seguir o que você conhece sobre esse processo político ocorrido no Brasil há mais de duas décadas.

---

---

---

---

---

---

---



### Novos desafios econômicos e políticos

Com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, teve início, na década de 1990, um grande avanço do que se denominou de globalização, e que dura até hoje. Esse processo pode ser considerado parte do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Ocorreu, assim, uma potencialização da capacidade de produzir e distribuir produtos em uma escala mundial. Portanto, carros de uma mesma montadora podem, por exemplo, ser montados em diferentes países e vendidos em várias partes do mundo. Mais que isso, um mesmo veículo pode ser montado com peças produzidas em diferentes partes do planeta. Para o capitalista, a decisão de produzir e distribuir em um

lugar ou outro passou a se relacionar com possíveis vantagens que ele pudesse obter em fazê-lo nesse ou naquele país.

Uma característica importante do período da globalização foi o grande desenvolvimento das telecomunicações, que permitiram o controle do processo produtivo e dos negócios em escala mundial, sem que necessariamente uma empresa tivesse estrutura física e trabalhadores em determinado local. Durante a globalização, ocorreu o fenômeno da hipercomunicação, no qual a informação está disponível para todo o mundo de modo quase instantâneo.

Quanto aos governos, eles se tornaram cada vez mais dependentes da economia internacional e dos órgãos de decisão internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Cada vez mais, vêm sendo definidos blocos econômicos regionais que estão se transformando em áreas de livre comércio, como a União Europeia, o Mercosul e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na abreviação em inglês), que reúne Canadá, EUA e México.

No Brasil, em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, que morreu antes de assumir a presidência da república, inaugurou-se o período denominado Nova República. O governo de José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reunia políticos que apoiaram o governo ditatorial. Uma das tarefas colocadas ao Congresso Nacional era a instalação de uma Assembleia Constituinte, formada por deputados e senadores eleitos em 1986, que elaboraria a nova Constituição do País.

O grande desafio de Sarney era o controle da inflação, que continuou crescendo ao longo de 1985, fechando o ano em 235,1%. A situação insustentável fez o governo lançar ainda em fevereiro desse ano o Plano Cruzado. Foi criada uma nova moeda, o cruzado, que substituiria o cruzeiro. Além disso, foi estabelecido um congelamento de preços, e os salários só seriam reajustados cada vez que a inflação atingisse 20% (cf. BELLUZZO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio G. de. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 142).

Inicialmente, a população aprovou a medida, uma vez que se viu beneficiada pelo congelamento de preços. Entretanto, muitos produtos começaram a sumir das prateleiras, pois as empresas alegavam que teriam prejuízo se os vendessem pelos preços estabelecidos. Em fins de 1986, o governo federal lançou o Plano Cruzado II, mas não teve sucesso em conter a inflação, que chegou a 1.782,9% em 1989. Os preços sofriam reajustes praticamente diários, e o valor do dinheiro só poderia ser protegido por aqueles que realizavam aplicações bancárias que ofereciam reajustes diários (cf. BELLUZZO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio G. de. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 142).



© Antonio Carlos Marafáda/Folhapress

O anúncio do Plano Cruzado provocou uma correria das pessoas aos supermercados, devido aos rumores de que haveria desabastecimento. Na imagem, o tumulto provocado em um supermercado de São Paulo por causa do excesso de clientes fazendo compras, poucos dias após o lançamento do Plano Cruzado, em 1986.

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição, que consagrava a volta da democracia ao País. Foram definidos os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos.

A Constituição de 1988 foi fruto de uma série de negociações e disputas políticas entre setores diversos da sociedade, incluindo movimentos sociais e partidos de diferentes tendências. Por isso, ela teve como base princípios que contemplavam tanto a influência do pensamento liberal como a dos movimentos trabalhistas e social-democratas.

Entre as várias conquistas sociais que a Constituição previu estão: a manutenção dos direitos trabalhistas contidos na CLT; a possibilidade de terras serem desapropriadas para fins de reforma agrária, mediante o pagamento de indenização aos seus proprietários; e a perspectiva de saúde e educação públicas que fossem universais e de qualidade. Entre os direitos civis, foram retomadas as liberdades de expressão e manifestação de ideias. Entre os direitos políticos, a liberdade de escolher seu representante por meio do voto e de participar direta e indiretamente do governo.

**ATIVIDADE 1** Uma Constituição democrática

De acordo com o trecho da Constituição brasileira de 1988 mostrado a seguir, responda às questões.

[...] Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...] Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 set. 2014.

**1** Quais são os elementos presentes no Artigo 1º da Constituição brasileira que garantem a defesa da democracia?

---

---

---

---

**2** Existe também na Constituição a definição pela busca de maior igualdade econômica e social? Explique.

---

---

---

---





## Eleições diretas e a construção da democracia

Em 1989, houve a primeira eleição presidencial direta desde 1960. Concorreram 22 candidatos à presidência. A eleição precisou ir para o segundo turno, disputado pelos dois candidatos mais votados: Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Collor recebeu apoio de banqueiros, dos meios de comunicação e de grandes empresários que temiam a vitória de um candidato de esquerda, acusado por eles de aderir ao comunismo. Nas eleições do segundo turno, Collor venceu a corrida presidencial com uma pequena vantagem em relação a Lula.

O governo de Collor começou com uma nova estratégia de combate à inflação, o Plano Collor, que pretendia também reduzir o déficit público. Várias empresas estatais foram extintas e subsídios estatais foram cortados. Para diminuir o número de funcionários que ficariam desempregados, o governo promoveu programas de incentivo de demissões voluntárias e realocação de pessoas para outras estatais. A moeda voltou a ser o cruzeiro e foi definido um novo congelamento de preços. Seguindo uma política neoliberal, optou-se por diminuir a participação do Estado na economia e abrir o País para o mercado exterior, reduzindo os impostos de importação.

Em linhas gerais, houve mais demissões, aumento do desemprego e terceirização da mão de obra. No contexto da globalização, colocava-se o Brasil no rumo da economia mundial, abrindo sua economia e favorecendo o ingresso de grandes empresas mundiais no mercado brasileiro. O risco iminente era de aumentar o sucateamento da indústria nacional e o desemprego, uma vez que a abertura permitiria a entrada de muitos produtos importados que competiriam com preços mais baixos em relação aos nacionais.

Uma das medidas mais polêmicas do Plano Collor foi o que ficou conhecido como confisco da poupança. Todos os saques foram limitados a um valor máximo e o restante seria bloqueado e devolvido depois de 18 meses da oficialização do confisco, o que não aconteceu.

O Plano Collor não obteve sucesso. Ao final de 1990, a inflação alta persistiu, totalizando 1.476,6% no ano. Em 1992, houve uma segunda tentativa com o Plano Collor II, que também não foi bem-sucedido (cf. BELLUZZO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio G. de. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 142).

Além da crise econômica, no início daquele mesmo ano de 1992 surgiram denúncias de irregularidades no governo. O presidente foi acusado de ter enriquecido de maneira ilícita, por meio de contratações sem licitação pública e do

beneficiamento de aliados com empréstimos do Banco do Brasil em condições não permitidas. As denúncias levaram à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional.

Nesse contexto, com o apoio de parte da imprensa e das emissoras de TV, a União Nacional dos Estudantes (UNE) passou a estimular a saída de jovens às ruas para protestar contra a corrupção e defender o *impeachment* de Collor, ou seja, a sua remoção do cargo de presidente. Os jovens que saíram às ruas, com os rostos pintados, ficaram conhecidos como “caras-pintadas”.



Jovens com rostos pintados durante manifestação pelo *impeachment* de Collor, em São Paulo, em setembro de 1992.

Ainda nesse ano, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) apresentou o pedido de *impeachment* de Collor. O Congresso acatou a abertura do processo em setembro de 1992 e, em outubro, Collor foi afastado do cargo e substituído pelo vice-presidente, Itamar Franco.

O então presidente Itamar Franco indicou o líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, para o Ministério da Fazenda. O ministro ficaria encarregado de articular um plano de estabilização econômica. A inflação era considerada um grande mal para o País, na medida em que corroía o poder de compra dos salários e dificultava o crescimento econômico. Em fevereiro de 1994, foi anunciado o Plano Real, que previa o corte de despesas públicas e a criação de outra moeda, o real.

Em julho de 1994, o real passou a circular. O novo plano econômico trouxe maior abertura comercial para o exterior, ampliando o acesso a bens importados. Além disso, conseguiu fazer com que os preços parassem de crescer no mercado interno; conseqüentemente, houve um período de maior estabilidade econômica. Para os trabalhadores, ainda que a estabilização representasse a possibilidade de recuperação do poder de compra, uma vez que a inflação não desvalorizaria o valor dos salários recebidos, na prática, o grande aumento das importações resultou em crescimento do desemprego. Ocorreu também um grande arrocho salarial no setor público e privado, com correções salariais sendo realizadas abaixo da inflação.

Nesse contexto de implementação do Plano Real, em abril de 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) deixou o Ministério da Fazenda para lançar-se candidato à presidência. O candidato da oposição era, outra vez, Luiz Inácio Lula da Silva. O sucesso do Plano Real fez com que FHC fosse eleito no primeiro turno das eleições.

O primeiro governo de FHC (1995-1998) foi marcado pela continuidade de reformas que visavam garantir a estabilidade econômica no País. Seguindo o modelo econômico neoliberal, defendeu a privatização de muitas empresas estatais e o fim do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Em 1997, foi aprovado no Congresso o fim do monopólio sobre o refino do petróleo e, em 1998, várias empresas de telecomunicações foram privatizadas. Ocorreram também privatizações de empresas federais e estaduais do setor elétrico. Em geral, essas privatizações tiveram impacto negativo sobre o emprego.

Em 1998, após intensa negociação com o Congresso para que fosse aprovada a emenda constitucional que permitisse a sua reeleição, FHC disputou nova eleição com Lula. O presidente venceu novamente, ainda que a oposição criticasse o grande arrocho salarial ocorrido naqueles anos, o excesso de privatizações e o crescente endividamento do Estado.

No segundo governo de FHC (1999-2002), a dívida pública acumulou grande crescimento e aumentou a disparidade de renda entre os mais ricos e os mais pobres no País. O desemprego atingiu níveis elevados e crescentes nesse período. Esses resultados provocaram críticas contra as políticas neoliberais de abertura para o mercado, sobretudo por resultarem em redução de emprego e concentração de renda no Brasil e em muitos outros países.

Nas eleições presidenciais de 2002, novamente Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato, e José Serra, do PSDB, foi o presidenciável apoiado pelo governo. Nesse contexto, o Plano Real já não era um grande trunfo do governo para vencer as eleições, e o Partido dos Trabalhadores havia estabelecido um arco de alianças mais amplo para conseguir chegar pela primeira vez ao poder. Lula teve a preferência do eleitorado e foi vitorioso no segundo turno, sendo o primeiro ex-líder operário a ser eleito presidente na história do País.

Lula iniciou seu governo fortemente comprometido com a resolução dos problemas sociais mais graves do País, como o combate à miséria e à fome. Foi criado o programa Fome Zero, ainda em 2003, que atendeu às pessoas que viviam em

condição de maior vulnerabilidade social, por meio de um sistema de transferência de renda que atingiu milhões de famílias.

Esses e outros programas sociais foram unificados no programa Bolsa Família, que se tornou o mais importante programa social do governo Lula. Ele consiste em oferecer bolsas para pessoas em situação de vulnerabilidade, com o compromisso de que os filhos frequentem a



© Flávio Florido / Folhapress

Lula em comício no Recife (PE) durante a campanha eleitoral de 2002. Em 27 de outubro, foi eleito presidente da república, depois de ter sido derrotado nas três eleições anteriores.

escola. Em 2006, último ano do primeiro governo Lula, 11,1 milhões de famílias recebiam o benefício, o que representava uma em cada cinco famílias brasileiras, aproximadamente (cf. ROCHA, Sônia. *O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05>>. Acesso em: 11 set. 2014). O programa acabou injetando recursos significativos na economia de regiões muito pobres, fazendo surgir novas oportunidades para a abertura de pequenos negócios e empregos.

Em 2006, houve novas eleições presidenciais, nas quais Geraldo Alckmin, do PSDB, colocou-se como principal candidato da oposição. No entanto, no segundo turno da eleição, Lula, candidato à reeleição, teve uma ampla vantagem de votos em relação a Alckmin. A vitória eleitoral de Lula se deveu, em parte, ao sucesso de seus programas sociais, os quais teriam ajudado milhões de pessoas a deixar a extrema pobreza e ascender socialmente. O segundo mandato de Lula foi de alta popularidade, dentro e fora do País, e grande adesão ao Bolsa Família.

Ao longo dos dois governos presididos por Lula, ocorreu a ascensão da chamada classe C, ou seja, além de um grande contingente de pessoas ter deixado a miséria, dezenas de milhões de brasileiros passaram a ter importante participação no mercado de consumo, impulsionando a economia durante o período de manutenção da estabilidade econômica e controle da inflação. Nesses anos, entre 2002 e 2010, houve grande redução do desemprego, que atingiu a menor taxa do período em 2010.

Nas eleições presidenciais de 2010, a ministra da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rousseff, foi escolhida como candidata do PT à presidência. Mais uma vez, o candidato do PSDB, dessa vez José Serra, surgiu como principal opositor, embora Marina Silva, candidata do Partido Verde (PV), também tenha obtido uma votação expressiva. No segundo turno, Dilma Rousseff foi vitoriosa.

Em sua campanha eleitoral, Dilma defendeu a continuidade dos programas sociais do governo Lula e o investimento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado ainda no segundo governo Lula. Esse programa tem como foco obras de infraestrutura, como estradas, energia elétrica e ferrovias, além de investimentos em moradias, com o programa Minha Casa, Minha Vida.

## MOMENTO CIDADANIA



Em 1992, a população brasileira saiu às ruas para reivindicar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pudesse abrir o processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Sem dúvida, esse foi um ato de cidadania, pois a população demonstrou publicamente seu descontentamento com um presidente acusado de receber recursos públicos que teriam sido desviados. Porém, e se esses protestos não tivessem acontecido? Teria ocorrido a cassação de Collor? É importante perceber como a participação popular foi essencial para que esse processo se efetivasse dentro das normas legais previstas pela democracia.



## ASSISTA!

### História – Volume 3

#### *O Brasil e a nova ordem econômica*

O vídeo explica o contexto histórico do final década de 1980, marcado pelo processo de abertura política no Brasil. Especialistas também discutem os avanços da legislação trabalhista a partir da aprovação da Constituição de 1988. Em seguida, aborda-se a década de 1990 e a entrada do Brasil na ordem econômica do neoliberalismo. A análise de especialistas e o depoimento de dois trabalhadores explicam como as políticas econômicas e os efeitos da reestruturação produtiva transformaram o mundo do trabalho.





## DESAFIO

### Movimento dos Caras-Pintadas



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

- a) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
- b) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- c) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
- d) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- e) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

Enem 2011. Prova Azul. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2011/01\\_AZUL\\_GAB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2011/01_AZUL_GAB.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.  
Foto: © Eder Chiodetto/Folhapress

## HORA DA CHECAGEM

### Atividade 1 - Uma Constituição democrática

**1** Conforme você verificou no trecho citado da Carta Magna brasileira, o Artigo 1º da Constituição defende o pluralismo político, além de definir que todo poder emana do povo e que cabe a ele escolher seus representantes por meio de eleição.

**2** Novamente, de acordo com o trecho mencionado, o Artigo 3º da Constituição coloca como obrigação constitucional a criação de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

